

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 200

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE DEZEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na votação para o Projeto de Lei nº 646/99, oriundo da Mensagem Governamental nº 026/99.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação de Redação Final para os projetos aprovados em 2º Discussão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 634/99, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, que altera a base de cálculo da taxa judiciária, e dá outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para votação em separado das Emendas de nº 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 501/99 que trata do Plano Plurianual do período 2000 a 2003.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Orçamento emitiu parecer contrário à aprovação das 19 (dezenove) emendas apresentadas ao Plano Plurianual.

Ocorre que todo projeto ou programa que venha ser criado através da aprovação de lei específica por este Parlamento e cuja execução ultrapassa a um exercício financeiro (um ano) somente poderá ser aprovado e sancionado se constar do Plano Plurianual. Esta inclusão é obrigatória.

As emendas que são objeto deste pedido de destaque referem-se a projetos de lei em tramitação nesta

Casa versando sobre matérias que devem obrigatoriamente constar no Plano Plurianual, a saber:

Emenda 09 - trata de projeto de lei que cria o “Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais”.

Emenda 10 - trata do projeto de lei que cria o “Programa de Habitação Rural”, no Estado do Paraná.

Emenda 11 - trata do projeto de lei que cria o “Programa de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural” na Região dos Campos Gerais.

#### REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 175 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para votação do Projeto de Lei nº 646/99.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 175, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para votação do Projeto de Lei nº 634/99.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Munir Jorge, falecido no último dia 09 de dezembro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Claudemiro Dorado e de seu filho Fábio Júnior ocorrido dia 09/12/99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceram, em lamentável acidente de trânsito dia 09/12/99, o Senhor Claudemiro Dorado de 41 anos e seu filho de apenas 16 anos de idade, Fábio Júnior.

O Senhor Claudemiro era comerciante no Município de São Carlos do Ivaí. Deixou viúva Dona Maria Dorado e dois filhos.

O passamento do Senhor Claudemiro e seu filho Fábio veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como do vasto círculo de amigos que ambos possuíam, entre os quais este Parlamentar.

O destino privou seus familiares e amigos do convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seus servos: Claudemiro e Fábio Júnior.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Claudemiro e Fábio e o descanso de ambos não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida, Senhor, abençoei a família de Claudemiro e Fábio para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seus servos Claudemiro e Fábio sob sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais cheguem à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Dorado, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Francisco Beltrão, pela passagem de seu 47º aniversário de emancipação política.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Guiomar de Jesus Lopes ao vice-Prefeito Senhor Arni Hall, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do

Paraná cumprimentem a laboriosa população de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

No dia de hoje a hospitaleira Cidade de Francisco Beltrão estará comemorando seu 47º aniversário de emancipação política.

Ao contentamento de toda a população, une-se o Poder Legislativo, através desta Deputada, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. É com muito orgulho que a população de Francisco Beltrão irá comemorar o seu 47º aniversário de emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio desta Parlamentar, parabeniza toda a comunidade de Francisco Beltrão pela bravura com que enfrentam as dificuldades que sabemos, são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança serão recompensados.

#### REQUERIMENTO Nº 2814

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Prefeito de Paranaguá, por ter sido laureado com o Prêmio Qualidade Brasil.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 27 de novembro, em São Paulo, a Prefeitura Municipal de Paranaguá foi destacada, juntamente com apenas mais duas administrações municipais brasileiras - São Caetano do Sul (em São Paulo) e Diamantina (de Minas Gerais), entre 270 laureados, com o Prêmio Qualidade Brasil.

O evento existente em 20 países e há 22 anos, no Brasil, contempla empresas, artistas e, eventualmente, executivos municipais que oferecem qualidade para os seus consumidores ou sua comunidade.

Na ocasião, a Prefeitura de Paranaguá, foi lembrada pela administração direta, pela valorização da mão-de-obra própria e através dos bons resultados obtidos. Além da recuperação do patrimônio histórico, resgate da arte e da cultura.

No dia 28, o Prefeito Mário Roque foi empossado membro da Academia Brasileira de Arte e Cultura, com sede na Casa da Fazenda Morumbi, também em São Paulo, onde recebeu a Láurea Municipalista.

Pelo recebimento merecido do já referido prêmio, receba o Prefeito Mário Manoel das Dores Roque, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos Municípios de Curitiba, Matelândia e Mandaguari, por terem sido destacadas no I Concurso Nacional em Experiências em Saúde da Família.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Realizado sob os auspícios do Ministério da Saúde, com a participação de organismos internacionais, ligados às questões de saúde em todo o mundo, o I Congresso Nacional em Experiências em Saúde da Família.

O prêmio tem como objetivo reconhecer e dar relevância aos municípios que acumulam um conjunto de experiências concretas de saúde da família para mudança do modelo assistencial no Brasil. Este primeiro concurso teve 110 municípios brasileiros inscritos, de onde se destacaram os 10 primeiros colocados entre 450 trabalhos avaliados. A comissão julgadora foi formada pelo Ministério da Saúde, instituições ligadas ao setor de saúde e também setores destacados da sociedade. Analisaram os trabalhos: Ministério da Saúde, UNESCO, Câmara dos Deputados, Senado Federal, UNICEF, OPA, Fundação ABRINQ, Escola Nacional de Saúde Pública e outras entidades ligadas ao Setor - o que evidenciou um corpo de julgadores altamente qualificados para classificar os trabalhos.

O Paraná teve 3 cidades entre as 5 primeiras do Brasil, nas 3 categorias julgadas, em referência à saúde da família: Curitiba, Matelândia e Mandaguari.

O Programa Saúde da Família visa restaurar o antigo médico da família, tão importante nas relações médico - paciente. O médico vai a residência das pessoas e impõe o tratamento, acompanhando periodicamente. Este programa foi implantado no Brasil em 1994 e em Curitiba em 1995. (fazendo parte de uma estratégia de construção de um modelo assistencial de aprimoramento do SUS.

Estas premiações comprovam a seriedade com que os assuntos da saúde são tratados no Paraná, principalmente porque o programa de saúde da família é investimento em prevenção, pois seus profissionais levam informações que previnem as doenças e ajudam a mudar os hábitos que prejudicam a saúde.

Pela importante e merecida premiação, recebam os Municípios de Curitiba, Matelândia e Mandaguari, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos

Senhores Conselheiros: Quielse Crisóstomo da Silva, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista pela eleição de Presidente, vice-Presidente e Corregedor-Geral respectivamente do colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

É motivo de grande júbilo para todos nós paranaenses tomar conhecimento da eleição dos eminentes Conselheiros: Quielse Crisóstomo da Silva, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista para a direção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que tem se constituído em modelo para outras Unidades da Federação, o que é razão de orgulho para todos os paranaenses.

Além do trabalho inerente as suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando, ao longo dos anos, um exemplar serviço à sociedade, mercê a grande capacidade de suas integrantes e a visão da colenda direção.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população sem fugir a rigorosa aplicação da lei.

O voto de congratulações e aplausos aos Senhores Conselheiros: Quielse Crisóstomo da Silva, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista, se impõem prestigiando aquele colendo Tribunal de Contas, pela eleição de sua alta direção.

#### REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Professor Irineu Zandoná, de Guaraniaçu, extensivamente a todos os seus familiares, por seu filho Fernando Zandoná ter sido aprovado em 16º lugar no concurso público para Juiz Federal, realizado em Porto Alegre-RS.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Fernando Zandoná, nasceu em Guaraniaçu, filho de família tradicional no município. Seu pai Irineu Zandoná, além de professor é um líder comunitário destacado, a mãe, Maria Iolanda Zandoná, que também além de ser uma eficiente professora, se dedica como chefe do lar. Desde o início procuraram dar aos filhos uma educação voltada aos princípios da honestidade, dignidade e amizade. Foi assim que o jovem Fernando, começou a dar os seus primeiros passos. Lá mesmo em Guaraniaçu, frequentou os bancos escolares cursando todo o ensino fundamental e parte do curso médio. O suc-

esso de Fernando Zandoná, deixa demonstrado que o ensino público oferecido, - quando levado a sério pelos corpos docente e discente - é de uma qualidade igual ao ministrado em escolas particulares de boa reputação. Buscando abrir novos caminhos e alcançar os objetivos traçados inicialmente o moço da Cidade Alta, partiu com destino aos pampas gaúcho, terra de origem dos seus familiares.

No Rio Grande do Sul o jovem Fernando Zandoná, concluiu seus estudos, colando grau no curso de Direito da Universidade de Ijuí. Posteriormente continuou estudando para aperfeiçoamento ao mesmo tempo em que iniciou suas atividades profissionais num escritório de advocacia em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul. Por outro lado participou de diversos concursos públicos sendo aprovado em todos, ocupando sempre as primeiras colocações. E por derradeiro prestou concurso para ingresso na magistratura federal, tendo como concorrentes outros cinco mil candidatos para apenas sessenta vagas. E no final de todas as provas se classificou em décimo sexto lugar, com uma nota excepcional, para orgulho não só de seus parentes e amigos, mas para todos nós paranaenses, e especialmente para a população que reside em Guaraniaçu que se encontra em estado de graça pelo feito conquistado.

É inteiramente justo, que esta Assembléia Legislativa preste esta homenagem, distinguindo aqueles paranaenses que de uma forma ou de outra souberam, enaltecer o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 2821-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TV Paranaense, Canal 12, pela conquista do Prêmio Desempenho 1999, pela terceira vez consecutiva, como a empresa de melhor desempenho na área de comunicação do Brasil.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja data ciência ao Senhor Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da TV Paranaense, Canal 12, para que receba e transmita a todos os Diretores, Jornalistas, Técnicos e colaboradores a homenagem sincera do Poder Legislativo Paranaense, por intermédio do Deputado signatário deste requerimento.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Rede Paranaense de Televisão comandada pelo empresário e Jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, vem se constituindo ao longo do tempo em testemunho da evolução e do crescimento do nosso Estado. E, mais que isso, vem cumprindo exemplarmente seu papel de veículo divulgador da nossa gente e das nossas belezas naturais.

A Televisão, pelo seu poder visual é sem dúvida, um dos mais eficientes meios de comunicação social

quando se trata de mostrar as coisas belas, para as quais se torna difícil encontrar palavras que as descrevam com tanta facilidade, impacto e emoção.

É um reflexo do espírito paranista de seu Diretor, um homem de rara sensibilidade, de profundo amor a esta terra e uma vontade de contribuir para que o Paraná seja cada vez mais divulgado, mais conhecido, e, mais rapidamente respeitado.

O Dr. Francisco tem demonstrado sempre preocupação em fazer com que a Televisão Paranaense - Canal 12 e suas filiadas do interior promovam a divulgação dos valores culturais do Paraná.

A conquista do Prêmio Desempenho 1999, pela terceira vez consecutiva, pela TV Paranaense - Canal 12, como empresa de melhor desempenho na área de comunicação do Brasil, sendo considerada ainda a melhor e maior do Paraná, cuja premiação foi concedida pela Fundação Instituto Miguel Calmon, uma das mais respeitadas instituições de pesquisa na área empresarial do país.

Essa conquista enche de orgulho a todos nós paranaenses. Pois, são conquistas como estas, que a cada dia renovam em nós o amor ao nosso Paraná e estimulam a todos os paranaenses a um trabalho contínuo e em conjunto com a TV Paranaense - Canal 12, em favor deste grande Estado e de sua gente maravilhosa.

“Para quem caminha em direção ao sol,  
é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

#### REQUERIMENTO Nº 2813

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, o encaminhamento dos cumprimentos desta Casa Legislativa ao Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Senhor Ernelo Schalleberger, ao corpo docente, ao corpo discente e ao quadro funcional dos quatro Campus, Cascavel, Toledo, Mal. Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, e agora também o Campus de Francisco Beltrão, pela nota máxima obtida em sete cursos de seus doze avaliados no Provão realizado pelo Ministério da Educação.

Do aprovado, o proponente requer também, seja dada ciência à Reitoria da Instituição Universitária referida, à Rua Universitária 1619, CEP 85814-110, Cascavel-Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

Revela notar, aqui, no ano de 1998 a UNIOESTE, obteve apenas a 32ª colocação na avaliação feita à época, onde conseguiu apenas um conceito “A” entre os sete cursos avaliados. Contudo, neste ano de 1999, para grata surpresa de todos nós, a citada instituição universitária

conquista sete conceitos “A” entre os doze cursos avaliados pelo Provão. Este resultado eleva a UNIOESTE para a 8ª colocação no *ranking* das melhores universidades brasileiras.

É verdade dizer, que a conceituação alcançada não é produto do acaso, mas sim, da unidade de esforços diversos conjugados, onde o governo de Jaime Lerner destaca-se como protagonista incontestado da expansão qualitativa do ensino superior público estadual a considerar:

a) investimentos.

O Governo do Estado do Paraná mantém uma rede de instituições de ensino superior, constituído por cinco universidades e onze faculdades e vem, a cada ano que passa, ampliando os investimentos no ensino superior público estadual. Em 1994 investia apenas R\$ 73 milhões e em 1999 passou a investir R\$268 milhões, ou seja, aplicou mais de três vezes e meio do que no último ano da gestão do governo anterior.

Estes números, se comparados percentualmente em relação a arrecadação, representou em 1994, um investimento no ensino superior público de 6,91% do ICMS e cresceu, em 1998 para 12,68% da receita do ICMS.

b) Plano de carreira:

No ano de 1997, por meio da Lei nº 11.713, o governo aprovou o novo Plano de Carreira para o pessoal docente e técnico administrativo, significando melhoria acentuada nos salários, principalmente dos professores, praticando um crescimento médio de 114% e mínimo de 30%.

Este Plano, além da correção salarial, trouxe outros benefícios, como o incentivo de titulação pago sobre o salário docente, de 15% para especialistas, 45% para mestres e 75% para doutores. Implantou a gratificação exclusiva, no valor de 55% sobre o salário para desenvolvimento de atividade de pesquisa e extensão. Implantou sabática de seis meses para os professores, a cada sete anos de exercício de magistério.

c) Esforço de capacitação

A UNIOESTE desenvolveu um enorme esforço para melhorar a titulação do seu corpo docente. Tanto é que em 1994 tinha apenas 80 mestre e 07 doutores e em 1999 contava com 207 mestres, 42 doutores e 03 pós-doutores. A política de capacitação do seu corpo docente trouxe este resultado considerado excepcional para aquela instituição.

d) Proposta educacional-administrativa

Os propósitos do Governador Jaime Lerner de estimular as universidades para o exercício pleno de sua autonomia didático-pedagógica e a concessão da autonomia administrativa no início deste ano foram fatores marcantes para que as instituições como a UNIOESTE obtivessem destaque em nível nacional.

O fato da UNIOESTE figurar entre as oito melhores universidades do Brasil, enche de orgulho não só a administração daquela universidade, cujo mandato está

encerrado no final deste ano, como também toda a comunidade universitária e, principalmente a população do Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado da Fazenda, Giovani Gionédis, solicitando providências legais no sentido de viabilizar a extinção do redutor salarial para o pessoal da Receita Estadual, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta de revogação da Lei nº 9105/89 e as alterações posteriores, que criou o Redutor Salarial, deve-se ao fato de, após o advento da Emenda Constitucional 19/98, contrariar a vontade expressa da Carta Magna.

Em breve relato, sabemos que a Constituição Federal vigente sofreu, a partir de 4 de junho de 1998, grandes modificações, principalmente no que diz respeito aos princípios e normas reguladores da Administração Pública e de seus servidores. As alterações foram profundas, atribuindo-se àquela emenda a realização da esperada “Reforma Administrativa”.

No Direito brasileiro há o chamado Princípio da Hierarquia das Normas. Decorre deste a supremacia da lei maior, que é a Constituição, trazida pelo poder originário e que instaurou neste País uma nova ordem constitucional. Afora esta lei fundamental, virão outros diplomas legais que a ela se submetem.

A lei fundamental poderá, nos casos que ela mesmo não vedar, sofrer alterações por meio da edição de emendas constitucionais. Deste modo, a emenda, que é manifestação de vontade do poder constituinte derivado, também instaura novas situações jurídicas. Foi isso que ocorreu com a Emenda Constitucional nº 19/98.

A partir de 04/06/98, data da publicação da referida Emenda, iniciou sua vigência e eficácia, afastando, com sua nova ordem jurídico-administrativa, as disposições a ela contrárias.

Um dos aspectos trazidos pela citada emenda é o do “teto máximo” a ser recebido pelos servidores públicos dos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que será igual ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 37, inciso XI, da Carta Magna). A inovação proclama um limitador salarial único para os três Poderes e nas diferentes esferas de poder, com efeitos de promover a paridade entre os Poderes e isonomia entre salários de cada um deles (o executivo, o legislativo e judiciário), com vistas também à diminuição e coerência dos custos da máquina pública.

No Estado do Paraná existe a aplicação, na folha de pagamento dos agentes fiscais, do chamado “redutor

salarial”, “teto máximo” instituído pela Lei Estadual nº 9150/89 e suas posteriores alterações, recebendo nova feição pela Lei nº 11.071/95. Esta, por sua vez, determina que o maior salário percebido neste Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes a menor remuneração paga.

A análise destes diplomas legais autoriza afirmar que, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 19/98, não pode vigorar o teto estabelecido pela Lei nº 11.075/95, uma vez que contraria a ordem trazida pela novel emenda.

Ao lado do equilíbrio que deve pairar sobre a produção de normas infraconstitucionais, evitando a contrariedade entre elas, há que se observar a possibilidade dos Estados poderem estabelecer seus limitadores salariais; contudo, quando o fizerem, terão de atender ao teto já estabelecido na Emenda nº 19/98. Assim, se no âmbito federal, o limite é o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, na seara estadual será o do percebido pelo Desembargador do Tribunal de Justiça.

A própria história da Lei nº 9105/89 e suas posteriores alterações, demonstra tratar-se de legislação à beira da exaustão, combatida que foi pelos acordos políticos gestados para excluir os quadros que se encontravam limitados pelo redutor salarial de seu alcance. Restou parte do quadro dos fiscais: os que ainda esperam pela decisão judicial de seus processos.

Quanto ao aspecto formal do processo, a competência é do Executivo apresentar projeto de lei revogando leis anteriores que reduziram os salários dos fiscais do Estado do Paraná, com amparo na Emenda Constitucional nº 19/98 e nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Este é o objetivo do presente requerimento, que, aprovado pelos Senhores Pares desta Casa de Leis, pretende sensibilizar o Governo do Estado para o direito líquido e certo dos agentes fiscais do Estado, em receberem seus salários integralmente, sem sofrer qualquer redução.

Em anexo, outros documentos que podem elucidar o solicitado.

#### REQUERIMENTO 2799

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Helena Tomáz, residente Travessa 1º de Maio nº 59, Jardim Cecom, que pede a determinação de um dia por semana para o caminhão de lixo passar na rua em que reside, para uma melhor organização por parte dos moradores no recolhimento do lixo. Pede ainda que, se necessário, a exemplo de Curitiba, os caminhões sejam equipados com algum tipo de sinal (sino, som), para anunciar a passagem do mesmo. Com o atendimento do presente, toda a comu-

nidade será beneficiada. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 769-1260.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### REQUERIMENTO 2801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, José Tavares da Silva Neto, solicitando o remanejamento dos detentos do Presídio Hildebrando de Souza no Município de Ponta Grossa, para a Penitenciária Industrial de Guarapuava.

Tal solicitação já foi feita anteriormente devido à superlotação do presídio, e com isso sujeito a constantes rebeliões.

No último dia 10 pela manhã após a conclusão da operação pente-fino, uma rebelião proposta por um assaltante, munido de estoque (arma de ferro improvisada) foi impedida. O detento tentou convencer os 154 presidiários a colocarem fogo nas celas. A cadeia abriga atualmente 154 detentos e a capacidade é de 70 homens. Segundo funcionários da unidade, a superlotação obriga uma média de 20 a 30 presidiários a dormirem nos corredores do presídio.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 650/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes, Derivados e Rações Balanceadas de Castro e Região, com sede e foro no Município de Carambeí/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes, Derivados e Rações Balanceadas de Castro e Região, foi fundado em 07.05.1991, no Município de Carambeí/PR. O referido Sindicato mantém negociações de acordos coletivos com as empresas da categoria dos municípios representados que são: Carambeí, Castro Wenceslau Brás, Arapoti, Telêmaco Borba, São João do Triunfo, Rebouças, Imbituva, Irati, Prudentópolis, Ivaí, Guarapuava, Canta Galo e Laranjeiras do Sul. Homologações de rescisões de contrato

de Trabalho, serviço de Assistência Jurídica gratuita aos associados, encaminhamentos p/ aposentadorias etc.

### PROJETO DE LEI Nº 651/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a sociedade o Canarinho Esporte Clube, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O Canarinho Esporte Clube, fundado em 03 de Março de 1975, no Município de Ponta Grossa/PR. É uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e regendo-se pelo presente Estatuto.

A referida sociedade mantém participação dos campeonatos amadores da Liga de Futebol de Ponta Grossa, qual tem seu início de cada ano nos meses de fevereiro ou março como: festa Junina e julina, danças caipiras, quadrilhas adultos e mirim, queima de fogueiras, festa da primavera, eleição para escolha da garota simpatia etc. Dia 12 de Outubro, festa das crianças. Sendo oferecidos lanches às crianças carentes da nossa comunidade, sendo também agraciados c/presente e brinquedos.

### PROJETO DE LEI Nº 652/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná obrigadas a reservarem, anualmente, no mínimo cinquenta por cento das vagas de cada curso de graduação, para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escola pública.

Parágrafo Único - O direito à vaga pressupõe aprovação no processo seletivo adotado pelas Instituições de Ensino Superior públicas, e classificação dentro do percentual acima estabelecido.

Art. 2º - O Poder Executivo, por meio de seu órgão competente regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados a partir de sua vigência.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições encontradas.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI



**JUSTIFICATIVA:**

São marcantes as injustiças existentes nos processos seletivos para ingresso no ensino superior brasileiro, causadas pela desigualdade de competição entre os alunos que realizam o concurso de vestibular.

O estudante carente frequenta os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, geralmente com qualidade inferior ao da rede privada, fazendo com que a maioria dos aprovados nas Instituições de Ensino Superior, sejam egressos da rede privada de ensino médio e fundamental.

A diferença existente entre estudante provenientes de escolas públicas e privadas aprovadas para ingresso junto as instituições de ensino superior, segundo dados do MEC de 1996, é de dez por cento. Essa diferença, apesar de ser pequena, esconde uma realidade injusta, onde 73,5% dos alunos que concluem apenas o ensino médio são oriundos de escolas da rede pública.

Temos consciência de que a melhor alternativa para solucionarmos este problema é de aumentarmos a qualidade do ensino na rede pública, porém, enquanto o resultado das ações para este fim não se tornam realidade, é nosso dever fazer com que as diferenças existentes na sociedade se reduzam.

Contudo, facilitar o acesso ao ensino superior de alunos economicamente carentes, por meio de reserva de vagas, é uma medida de ação afirmativa que visa atenuar a discriminação imposta às camadas menos abastadas da sociedade.

Nas condições aqui impostas, a questão do mérito acadêmico seria preservada, uma vez que os candidatos oriundos de escolas públicas seriam igualmente submetidos ao processo de seleção adotados pela instituição de ensino superior, e ingressaria apenas aqueles classificados para o número de vagas reservadas.

Em função do elevado teor social do presente projeto de lei, solicitamos o total apoio dos nobres colegas parlamentares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 653/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a construir o Hospital Regional do Sudoeste, no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A construção do referido Hospital deverá obedecer às diretrizes técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e a legislação vigente para o atendimento à população da região do Sudoeste.

Art. 3º - Os estudos técnicos necessários para a construção do Hospital Regional do Sudoeste devem ser necessariamente concluídos até o final do 1º semestre do

ano 2000, de forma a propiciar o planejamento orçamentário necessário à construção do Hospital para o ano de 2001.

§ 1º - É fixado o 1º semestre do ano de 2001 como data limite máxima para o início das obras de construção do Hospital Regional do Sudoeste.

§ 2º - O Poder Executivo fará incluir nos Orçamentos Plurianuais e nas Propostas Orçamentárias Anuais dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta lei.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares necessários à execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei em tela, que autoriza o Poder Executivo estadual a construir o Hospital Regional, no município de Francisco Beltrão, objetiva assegurar mais e melhores condições de acesso à saúde da população do Sudoeste do Paraná.

Tendo em vista a grande demanda na área de saúde, constantemente, a população sudoestina é obrigada a se deslocar até a capital paranaense para receber atendimento médico hospitalar, gerando elevados custos para os municípios e grande desconforto às famílias que sofrem com um deslocamento de várias horas em busca do esperado tratamento médico.

Preocupados com esta situação, apresentamos o referido projeto de lei, a fim de minimizar o sofrimento dos pacientes e de suas respectivas famílias, bem como, visando a redução dos custos dos municípios com o deslocamento e internação de enfermos.

Face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa de Lei, para que com a aprovação da presente proposição, possamos melhorar o atendimento e o acesso à saúde em todo o Sudoeste do Estado.

**PROJETO DE LEI Nº 654/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada Utilidade Pública à Federação de Vela e Motor do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) CLEITON KIELSE

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto a

infância em geral, e ainda um as pessoas que se interessam pelo desporto educacional, em escolas públicas e particulares, como forma de desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Fica estabelecido também que visa preparar os atletas para o melhor desempenho para que possa participar das competições em caráter Estadual, Interestadual e Internacional, transformando assim, um esporte conhecido e apreciado como as outras modalidades, pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades da Federação. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

#### PROJETO DE LEI Nº 655/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Miguel Nasser, a Rodovia PR-405 compreendido entre o Distrito de Cacatu, Município de Antonina, à sede do Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Miguel Nasser, nasceu no Estado de Minas Gerais, em 06.12.1914.

Dedicou seus últimos 20 (vinte) anos de vida à Guaraqueçaba, onde foi pioneiro como fazendeiro. Gerou empregos em vários segmentos, como na agricultura com o cultivo de arroz e café; instalação de fornos de carvão; posto de combustível e armazém. Sempre contribuiu para o desenvolvimento econômico do município com seu trabalho e dedicação.

Viabilizou junto ao governo Paulo Pimentel, a abertura da estrada Antonina/Guaraqueçaba; que aliás, pode contar com a presença do então governador Paulo Pimentel, no almoço de inauguração, na sede da Fazenda Santa Margarida.

Também não podemos deixar de lembrar os esforços desprendidos pelo seu filho, Sr. Miguel Nasser Filho, então Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; e pelos amigos que também de alguma forma se dedicaram à concretização da abertura estrada.

Pelo que este cidadão representou à Guaraqueçaba, acreditamos ser justo denominar "Miguel Nasser", o trecho da rodovia Antonina/Guaraqueçaba, que ele próprio com todos os méritos conquistou e que hoje é uma importante realidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 656/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida, em todo território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Art. 2º - A carne objeto de importação, circulação, comercialização ou consumo que contenha substância com propriedades anabolizantes, nos termos do artigo anterior, será fiscalizada e apreendida pelos órgãos de vigilância sanitárias do Estado do Paraná, independentemente das ações civis e penais cabíveis.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei proíbe, em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano e, finalmente, determina que a carne com essas características será fiscalizada e apreendida pelos órgãos de vigilância sanitária do Estado do Paraná, independentemente das sanções civis e penais cabíveis.

Um dos precursores da campanha contra o uso de substâncias anabolizantes no âmbito do Poder Legislativo no Brasil é o Senador Osmar Dias, representante do Estado do Paraná.

É de sua autoria no Senado Federal o Projeto de Lei nº 198/95, apresentado em 1995, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes.

O uso de substâncias anabolizantes no rebanho nacional está proibido no Brasil desde a Portaria nº 51, de 24 de maio de 1991, editada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Ela foi editada, nos termos dos seus considerandos, para "prevenir a ocorrência de danosos resultados advindos da utilização de produtos anabolizantes" e "a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis na reprodução animal".

O presente projeto de lei tem triplo objetivo.

O primeiro é proibir a importação de carne com substâncias anabolizantes no âmbito do estado do Paraná.

Se os pecuaristas e demais produtores nacionais estão proibidos de introduzi-las nos seus rebanhos, não tem sentido permitir que venha carne de fora que contenha substâncias anabolizantes.

Se os nossos pecuaristas não podem produzi-la, a mesma regra deve valer para os produtos importados, sob pena de injustificável e ilegal discriminação, que prejudica os interesse nacionais.

É fato notório, a propósito, que vários locais comercializam ou consomem carne importada que contém substâncias anabolizantes, alardeando-a, inclusive, como produto de qualidade especial e superior.

Apesar disso, sua produção no Brasil é proibida...!

O segundo objetivo do presente projeto de lei é o de determinar uma proibição, pelo menos em relação ao Estado do Paraná, por intermédio de uma lei, pois só ela tem força obrigatória efetiva.

O terceiro objetivo do presente projeto de lei é o de estabelecer um critério uniforme na regulamentação desta matéria.

Ou bem se permite a utilização de substâncias anabolizantes na carne produzida no Brasil e, conseqüentemente, a introdução de carne com a mesma característica produzida no exterior no mercado nacional, ou bem se proíbe.

O Estado do Paraná, finalmente, tem competência para legislar sobre a matéria.

O artigo 24, inciso V, da Constituição Federal estabelece que os Estados têm competência concorrente para legislar sobre “produção e consumo”, enquanto que o artigo 23 dispõe que lhes cabe “cuidar da saúde e assistência pública”.

É a justificativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quando da concessão das rodovias do Paraná, as concessionárias que aí se encontram explorando o loteamento feito nas rodovias federais, que foram estadualizadas e nas rodovias estaduais, nós neste Plenário, e Presidente que era o ilustre Deputado Anibal Khury, indagávamos à Companhia Paranaense de Gás e mais de perto à RODONORTE, porque o domicílio é Ponta Grossa e as Regiões dos Campos Gerais, se era verdade que iria ser cobrado o assentamento do gasoduto a ser oferecido às indústrias da minha cidade, e conseqüentemente a todo o interior do Paraná.

Começa esse gasoduto saindo de Araucária, chega a Campo Largo e desce a Ponta Grossa e, dali se ramifica a todos os quadrantes do Estado.

Daquela oportunidade quando denunciávamos que o preço inicial estabelecido, por ouvir dizer, era de 10 mil reais, prontamente o Líder do Governo nesta Casa Deputado Valdir Rossoni antecipou-se e disse que não iria dizer qual seria a quantia, mas pela qual ele achava que realmente isso era uma aberração.

Aberração agora, quando nós recebemos oficialmente, através de solicitação feita por esta Casa, em nosso requerimento, quando vem uma área discriminada num acerto feito entre a Companhia Paranaense de Gás e a RODONORTE, vejamos os senhores além da exploração

do pedágio, o Governo do Estado concedeu, através de contrato, 10 a 15 metros de cada leito da rodovia, fazendo com isso que tudo que ali fosse assentado, colocado, fosse dirigido e arrecadado pela permissionária do serviço de exploração, que no ano do lote nº 05, é a RODONORTE.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que nós recebemos dessa empresa e da Companhia Paranaense de Gás.

Do Km 117 ao Km 123, sentido Norte Curitiba Spréa, por ocupação subterrânea de tubulação de gás visando a implantação da rede de distribuição de gás canalizado, pelo uso da área discriminada desses quilômetros que é 6 mil metros, a COPAGÁS pagará à RODONORTE, o valor anual de 8 mil reais o quilômetro, partindo de um valor igual a 4 mil reais por quilômetro/ano, no segundo até o quarto ano atingindo o valor de 8 mil, do oitavo até o décimo ano.

Assim, pergunta-se: Qual o critério utilizado para se chegar aos valores indicados? Qual a razão técnica para o aumento de 100% nos valores da unidade e quais os elementos que compõem a planilha de custos para se chegar a tal resultado?

Pelo que nós sabemos Sr. Presidente e Srs. Deputados, eles só vão deixar assentar os tubos do gás. Quem faz o serviço, quem paga, quem mantém, quem faz tudo é a COMPAGÁS e eles irão receber no final do 6º ano, 8 mil reais o quilômetro. Eu estou cuidando, Srs. Deputados, porque a minha base, o meu domicílio eleitoral é Ponta Grossa, é a Região dos Campos Gerais, mas o gás não vai parar aí, o gás vai ser estendido a Apucarana, a Londrina, a Maringá, a Umuarama, a Cascavel, a Foz do Iguaçu e no retorno até Araucária.

Vejamos os senhores, que fazendo uma projeção neste último ano de 8 mil reais, 8 mil reais do sexto ao oitavo ano, nós queremos projetar uma arrecadação de mais de 2 mil quilômetros de gás numa posição que é invejável. Acredito que se equiparam ou melhor ainda que o pedágio a ser cobrado, que exige conservação da rodovia, que exige as praças de pedágio, que exige o pessoal operacional. E para o assentamento do gás, tão somente, a companhia ou as companhias concessionárias entram somente com a anuência do terreno. O valor estipulado, Srs. Deputados, por 6 quilômetros iniciais existe e perguntamos: um plano de expansão para a implantação da tubulação no Estado do Paraná? Qual é esse plano? Quantos quilômetros serão atingidos pelo gás? Quem vai pagar esse pedágio do gás é o consumidor final, é a indústria, são aqueles que irão consumir os produtos fabricados nas indústrias, e conseqüentemente, o povo do Paraná.

O contrato, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faz a concessão desta anuência por 10 anos e a RODONORTE tem a mesma faixa por 25 anos. Terminando esse prazo de 10 anos indagamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados: como será elaborado o novo contrato, com quais valores? Por que não foi feito um contrato abrangente ao percurso

inicial ao de Ponta Grossa? Quais critérios serão utilizados? Qual a garantia que terá o usuário terminando o prazo de 10 anos? O contrato será renovado, Sr. Presidente e Srs. Deputados e em que condições? Não vai afetar o consumo final do gás, após esses 10 anos, não sendo renovado o contrato, qual será o destino das benfeitorias, dos dutos, das obras realizadas? Quem vai ter o domínio desse controle? Quem irá controlar a segurança do empreendimento a não ser a COMPAGÁS? Qual o critério técnico que indicou agora o pior, Srs. Deputados, o IGPM como fator de reajuste do contrato e por que escolheram-se as mesmas datas que o reajustamento foi aplicado às tarifas básicas do pedágio? Os recursos desse contrato serão utilizados na melhoria, na segurança e benfeitoria das estradas sob concessão e de que forma?

Isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, iremos entregar como já o fizemos a esta Mesa que aprovou, por maioria desta Casa, o requerimento dessas indagações. Quero também pedir permissão à Mesa Executiva na pessoa do ilustre Presidente Deputado Caíto Quintana, que através da nossa Procuradoria da Casa, onde juristas abalizados e qualificados irão analisar esse contrato e nós iremos, dentro daquilo que nos for indicado através deste contrato feito entre a COMPAGÁS e a RODONORTE, pelo Governo do Estado do Paraná, tomar as medidas jurídicas cabíveis para que esse roubo contra a economia do povo do Paraná, não seja concretizado. Tenho a certeza absoluta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que através da nossa Procuradoria da Casa, teremos em mãos elementos para banir de vez isso que é ultraje à economia do nosso Estado e mito mais ainda, à sensibilidade e à inteligência dos Srs. Deputados deste Poder; nada oferecem, nada colocam, e vão receber a partir do 6º ano, 8 mil reais por quilômetro, projetem os senhores, o ilustre Deputado Moysés Leônidas, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Deputado Belinati, que têm o seu domicílio em Londrina, quanto irá custar lá em Londrina, o gás a ser oferecido na parte final às indústrias ali estabelecidas, projetem, Srs. Deputados que têm domicílio em Cascavel, em Umuarama, em Foz do Iguaçu, quanto custará mais esse pedágio do gás, famigerado roubo que estão tentando implantar no Estado do Paraná.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós de Ponta Grossa, nós da região dos Campos Gerais, não aceitamos isso do Governo do Estado, através da COMPAGÁS e da RODONORTE, iremos até as últimas conseqüências, até principalmente à Justiça que nós nela acreditamos, para que isso realmente não se torne o meio pelo qual o povo do Paraná seja prejudicado.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz no Pequeno Expediente, no horário da Liderança do PDT, a respeito desse absurdo já denunciado tantas vezes por

Vossa Excelência e por outros Parlamentares aqui na Assembléia, que é a cobrança que as concessionárias do pedágio estão impondo em cima de COMPAGÁS evidentemente, e outras empresas que queiram se utilizar da margem das rodovias para ali implantar os seus dutos e transporte de gás para a Cidade de Ponta Grossa, ou para outras regiões.

Isso como sendo “um absurdo dos absurdos” porque sabemos do esforço que a COMPAGÁS vem desenvolvendo no sentido de que tenhamos condições verdadeiras, concretas, da utilização do gás como fonte de energia nas indústrias e nas empresas de um modo geral no Estado do Paraná.

A gente conhece o trabalho que a própria PETROBRÁS vem desenvolvendo na minha região central do Paraná, na região centro do nosso estado, mais especificamente do Município de Pitanga, do Mato Rico, do Palmital, do Laranjal, de Roncador, com a perfuração de poços e com a identificação e quantificação já estabelecida do potencial de produção de gás liquefeito, gás natural, para a utilização nas indústrias paranaenses. E quando escutamos V. Exa. trazer aqui de novo os empecilhos, os obstáculos, o custo que está se tentando colocar em cima desse gás, realmente nos leva a acreditar que daqui a pouco se estabeleça também a inviabilização da utilização desse recurso natural, que é o gás, porque serão tantos os acréscimos que acabará por não compensar utilizar esse componente energético.

Por isso cumprimento V. Exa., e mais uma vez lhe afirmo que há necessidade de que a gente possa, não mais evidentemente este ano, mas no ano que vem, a partir de fevereiro, retomar a discussão daquela proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito, com referência ao pedágio, às concessionárias do pedágio do Paraná, para que a gente possa esclarecer de fato e definitivamente estas questões.

Parabéns, Deputado Zuk, o seu pronunciamento é da mais alta importância para o setor produtivo paranaense.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

...Agradeço o aparte do Deputado Orlando Pessuti e acredito e tenho certeza que uma CPI feita pelas concessões das rodovias e desta aberração que é cobrança do assentamento dos dutos para o gás ser alcançado no interior do Estado, onde o carvão vegetal de muitas indústrias, como Ponta Grossa, da antiga SAMBRA, hoje Seval, da Cargil, da Anderson Clayton e precisam para as suas fornalhas, eu acredito que no custo operacional, V. Exa. tem muita razão. Se Ponta Grossa já vai encarecer bastante, calcule a região de mais quilometragem a ser oferecida.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Deputado Zuk, V. Exa. aborda um assunto extremamente sério e importante na tarde de hoje. Esse prob-

lema relacionado ao pedágio, a concessão das rodovias e todos os males que isso representou para a nossa economia e para o povo do Paraná, mas fazendo um acréscimo ao seu raciocínio, no sábado, lendo o jornal Gazeta do Paraná, de Cascavel, a manchete principal do jornal era a seguinte: “PEDÁGIO NO PARANÁ PODERÁ AUMENTAR 105%”. Nós ficamos a nos perguntar, hoje o pedágio é caro, é caro e abusivo, porque o governo do Estado, através das concessionárias não fez absolutamente nada nas rodovias. Apenas tapou os buracos e roçou os acostamentos.

Então, a taxa é abusiva porque não contempla melhorias que eventualmente tivessem sido feitas. O povo do Paraná está pagando algo que não merece pagar. Ainda ontem aprovamos o IPVA aqui nesta Assembléia, que também é um imposto para a manutenção das rodovias. Quer dizer, o povo do Paraná está sendo injustiçado com o pedágio elevado, com o IPVA elevado e com o governo disposto a dar um aumento da 105% nas tarifas das concessionárias. É um absurdo! E se isso não bastasse, as rodovias estão ruins, Deputado Zuk, ruins.

Na semana retrasada perdi um assessor meu, vindo de Ponta Grossa para Curitiba, que acabou sendo envolvido num acidente e bateu no protetor da rodovia que está mal colocado. Inclusive, cabe até um processo em cima da concessionária Rodonorte. Colocou os protetores na rodovia, como se fossem para-choques de caminhão não rebaixados e o carro pode entrar embaixo e foi o que ocorreu com o meu assessor que, lamentavelmente, acabou falecendo na rodovia.

Deputado Zuk, V. Exa. tem dito, falado, reiterado aqui a preocupação em relação ao pedágio, em relação à cobrança do uso da faixa de domínio do DER e essa parede de concreto não tem ouvido e o Governador Jaime Lerner permanece insensível e o povo do Paraná sendo explorado, sendo prejudicado e nós, pagando um preço muito alto. Por isso parabenizo V. Exa. por novamente abordar esse assunto.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Concedo aparte ao Deputado Ademir Bier.

**O Sr. Ademir Bier**

Gostaria de agradecer o aparte, só para complementar o seu pronunciamento e até cumprimentá-lo por trazê-lo à Casa, no sentido de que já há alguns meses que não se falava do pedágio e é um absurdo que o Governo do Estado assiste à cobrança do pedágio, quer dizer, na verdade, está comprometendo a economia do Paraná e não se faz nada, nem “tapa buracos” se faz mais. Agora surgiu, e o Deputado Nereu Moura colocou essa questão do aumento do pedágio, que vai ser uma decisão judicial. Não podemos entender como é que o Governo do Estado assiste a isso tudo. Temos que lamentar que a sociedade do Estado do Paraná está sendo assaltada nesse contexto.

Obrigado pelo aparte.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço e, encerrando, Senhor Presidente, Ponta Grossa, através do Secretário da Indústria e Comércio, fez a planilha de custos a ser oferecida, quando da nossa extensão do gás de Campo Largo a Ponta Grossa, com as firmas, mostrando a cada uma delas o custo operacional do gás. Com esse acréscimo, Senhor Presidente, fuge daquele acordo inicial onde o Presidente da Companhia Paranaense de Gás, onde o Prefeito de Ponta Grossa e o seu Secretário de Indústria e Comércio ofereceram às indústrias aquilo que seria realmente o custo. Com esse acréscimo, acredito e tenho a certeza, que quem irá pagar não serão as indústrias, será o povo consumidor e o povo do Paraná. Estamos esperando e vamos ter a certeza que a Procuradoria desta Casa nos dará os elementos para, se possível for, revogarmos parte desse contrato das permissões das concessionárias, porque acredite, tenho a certeza que não há prejuízo nenhum a concessão alguma do domínio da faixa. Isso é um roubo, um acréscimo de receita, sem nada a oferecer, que o solo é do povo do Paraná e não poderá ser cobrado de maneira e forma alguma.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

**O SR. ÉLIO RUSCH**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje é com relação ao resultado divulgado, no último dia 09, pelo MEC, em relação ao provão realizado em todas as universidades do nosso Brasil.

A educação do ensino superior estava sendo questionada por muitos brasileiros, e nada mais justo, e nada mais certo que o Governo conferir a qualidade de ensino com as pessoas que se formam em cada classe, em cada profissão. E é por isso que o MEC instituiu esse exame nacional e que em cada curso existe uma comissão especializada para analisar o mesmo. E podemos dizer que o nosso Estado, o Estado do Paraná, dentro desse contexto evoluiu e cresceu muito. O Paraná, através do Governo Jaime Lerner, tem investido muito nas faculdades, não só no terceiro grau, mas investiu muito no ensino médio e também no ensino básico. Quando o Governo Jaime Lerner assumiu a administração em 1995, o Estado do Paraná tinha e tem, ainda, 05 universidades estaduais e 11 faculdades mantidas pelo Governo do Estado. Algumas universidades ainda em fase de implantação e em fase de crescimento, como é o caso da UNIOESTE e a UNICENTRO. E é importante que nós, na Sessão de hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, façamos um relato, aquilo que o Paraná era

em 1994 e aquilo que o Paraná é hoje, e a evolução que houve no ensino do terceiro grau.

Em 1994, o Estado do Paraná investiu no terceiro grau, ou seja, nas faculdades, 73 milhões de reais. Agora, cinco anos depois, em 1999, o Paraná está investindo 268 milhões. De 73, pulamos para 268 milhões de reais em investimentos no 3º grau.

Vamos fazer um comparativo: o que o Paraná gastava até 1995 no 3º grau. Em 94, Deputado Pessuti, gastávamos, da receita do ICMS, 6,91%; agora em 99, estamos gastando 12,68% do ICMS no 3º grau. Isso não são obras que aprecem fisicamente, mas é o investimento que o Governo do Estado faz na qualidade de vida, na profissionalização dos seus cidadãos. O melhor investimento é o melhor presente que um pai de família pode dar para seu filho, não é um presente material, é o presente da educação, porque o ensino não se perde, a educação ninguém nos tira, a educação é um investimento e foi isso que o Governador Jaime Lerner fez.

#### **(Solicita o Horário da Liderança do PFL)**

Desde 1997 a Assembléia Legislativa tem debatido exaustivamente a questão do Plano de Carreira para o pessoal docente e também para a área técnica administrativa. Estiveram aqui por inúmeras vezes os reitores das cinco universidades e também das outras faculdades negociando, dialogando, conversando com os Deputados mas, principalmente com o Líder do Governo, Valdir Rossoni, que conduziu muito bem aquele processo e podemos dizer que as faculdades, os reitores, em 1997, saíram da Assembléia satisfeitos porque conseguiram muito mais daquilo que queriam.

E, o Governo do Estado não parou no plano de carreira do corpo docente e também do quadro técnico administrativo; implantou este ano a autonomia financeira para as Universidades. Sem sombra de dúvida, era o desejo, o anseio da comunidade universitária e o Governo do Estado instituiu a autonomia financeira. Cada faculdade ou cada universidade tem seu orçamento anual, aplica seus recursos onde achar melhor.

E, podemos dizer hoje, que das oito melhores universidades nacionais, feito através do provão do MEC, duas são do Paraná. Uma é a Universidade Estadual de Londrina e a outra é a Universidade do Oeste do Paraná - a UNIOESTE, que ainda está em fase de implantação.

Vamos apresentar apenas alguns números: na UEL, de Londrina, foram avaliados 10 cursos. Deles, 7 tiveram nota máxima, ou seja, a letra "A", e três cursos tiveram o conceito "B". Na Universidade de Ponta Grossa, foram avaliados 8 cursos. Dos 8, um obteve o conceito "B" e 7 cursos o conceito "C". Na Universidade de Maringá foram avaliados 9 cursos. Dois receberam o conceito "A" e 77 o conceito "B". Na UNICENTRO, 4 cursos foram avaliados, 1 curso com conceito "A" - a nota máxima - e 3 cursos com o conceito "C". Podemos dizer que o conceito é de "A" a "E". Nenhuma universidade do Paraná obteve a nota "D" ou a nota "E". isto mostra o grande

desempenho das universidades do nosso Estado do Paraná.

Mas a surpresa de repente - e aí cabe a nós, como Deputados do Paraná e do Oeste do Estado, fazer um registro especial para a nossa jovem Universidade do Oeste do Paraná. Foram avaliados doze cursos, e dos 12, 7 obtiveram a nota máxima, ou seja, conceito "A". A Universidade do Oeste do Estado é uma universidade, como disse, multicampo, está localizada na cidade que representamos aqui na Assembléia Legislativa junto com o Deputado Ademir Bier - Marechal Cândido Rondon, na cidade de Toledo, na cidade de Cascavel, e na cidade de Foz do Iguaçu. É uma universidade que ainda está em fase de implantação. Todo ano são necessários fazer novos concursos para que os cursos possam ser instalados, efetivados gradativamente.

Mas aqui cabe um registro todo especial para estas universidades. E não é só isto, caro Deputado Plauto Miró Guimarães, a UNIOESTE, no ano passado estava em 32º lugar no "ranking" nacional e agora pulamos para o 8º lugar. A UNIOESTE é a 8ª melhor universidade do Brasil, através dos provões. Isto é uma satisfação, é um orgulho para o Estado do Paraná, não ter apenas duas universidades, mas uma universidade em implantação é a oitava melhor do Brasil.

#### **O Sr. Geraldo Cartário**

Permite um aparte, Deputado?

#### **(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, Vossa Excelência sem dúvida está de parabéns, juntamente com o Deputado Ademir Bier e outros Deputados desta Casa, de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, de Guarapuava, de Cascavel, inclusive de Foz do Iguaçu, todos estão de parabéns. Entendo como todo o interior nosso que tem faculdades estão de parabéns.

Mas quero aqui aproveitar os pêsames do Deputado Edson Strapasson, que representa o município de 200 mil habitantes e não tem faculdade alguma, não há um centavo pago pelo Governo do Estado no 3º grau. Quero aqui dar os pêsames aos Deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, César Seleme, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin, enfim, uma quantidade expressiva de Deputados da Região Sul, o Beto Richa, que teve uma expressiva votação em Curitiba, dar os pêsames, porque em toda a legislatura apresentamos projetos para que o povo de Curitiba receba o investimento também do 3º grau, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti também me perdoe, deixei de citar, o Deputado Tony Garcia, enfim, me parece que a maioria merece os pêsames, porque não conseguimos, Deputado Elio Rusch, a façanha que Vossa Excelência conseguiu.

Meus parabéns. Nada de inveja. Nada de pessoal. Só que hoje, por exemplo, o Sítio Cercado e o Novo Mundo é quase uma Londrina e no entanto o povo lá não tem acesso ao 3º grau gratuito do Estado do Paraná. Da mesma forma que Araucária, aqui está o Deputado

Albanor, o Zezé, que também merece pêsames. Por quê? Porque também aqueles municípios não têm acesso ao 3º grau. Fazenda Rio Grande, Mandirituba, enfim, quase que mais de 3 milhões de habitantes na Região Sul não têm este acesso. Eu, por exemplo, estou ajudando o pessoal da região de Agudos do Sul, Piên, Tijucas a estudar precisamente em Mafra, porque aqui em Curitiba eles não conseguem; em Mafra eles estão conseguindo, com o apoio do Governo de Santa Catarina.

É lamentável realmente o que vem acontecendo na nossa região, mas quero dizer que não desanimamos, achamos que um dia vamos ser contemplados, nós, os nossos trabalhadores da Região Metropolitana de Curitiba. Mas de pronto quero uma vez mais, encerrando o meu aparte, enaltecer o trabalho de Vossa Excelência e de outros Deputados do interior que estão levando as faculdades com custo de 3º grau do Governo do Estado.

#### O SR. ELIO RUSCH

Deputado Geraldo Cartário, só para que fique registrado também no meu pronunciamento na tarde de hoje que a Universidade do Oeste, a UNIOESTE, ela não surgiu como uma Universidade Estadual, no quatro cantos, Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, todas elas tinham uma faculdade isolada e faculdade particular, é uma faculdade que a própria sociedade lutou, ela se empenhou para conseguir reconhecer naquela época, como foi difícil conseguir a autorização para instalação, ou para o funcionamento de uma faculdade.

Algumas eram fundações municipais, outras eram faculdades particulares, e assim por diante. E depois com o passar do tempo, a sociedade foi se organizando, conseguimos criar as universidades particulares em Universidades Estaduais.

#### O Sr. Antonio Baratter

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, quero aqui fazer dois registros a respeito da UNIOESTE: primeiro, ao ex-Governador Álvaro Dias que através de decreto criou a gratuidade do ensino nas faculdades estaduais do Paraná. E o segundo registro quero fazer aos investimentos que o Governador Jaime Lerner nos últimos cinco anos fez à UNIOESTE.

Com certeza o oitavo lugar a nível de País que a nossa UNIOESTE ocupa hoje se deve muito a cursos recentes, cursos fundamentais, cursos que implementaram uma discussão na região, cursos que estão hoje viabilizando o nosso grande sonho, Deputado, dos nove Deputados do Oeste, que nós já participamos de algumas boas e belas reuniões, reuniões de cunho altamente profundo, que é a discussão do nosso pólo agro-alimentar para agregar valor àquilo que nós produzimos lá.

Então, quero lhe parabenizar por esse discurso, agradecer penhoradamente os recursos que esse Governo nos últimos cinco anos permitiu que tivéssemos

uma melhor qualidade de ensino mesmo diante de todas as dificuldades demos um salto de qualidade fundamental.

Obrigado pelo parte.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, O Deputado Cesar Seleme cede o espaço do PPB.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Temos, mantendo o acordo já feito na Presidência do Deputado Nelson Justus, de não haver cedência do horário de uma Liderança para as demais.

A mesa concede dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

#### O SR. ELIO RUSCH

O Deputado Baratter e o Deputado Geraldo Cartário, quando nos aparteavam foram felizes nas suas colocações, e eu devo acrescentar além daquilo que o Deputado Baratter disse, nos investimentos que houveram na UNIOESTE, os investimentos financeiros na construção do espaço físico, mas principalmente no próprio professorado.

Em 1994, Senhor Presidente e os Senhores Deputados, a UNIOESTE tinha no seu corpo docente 80 mestres, 1994, 80 mestres, hoje a UNIOESTE tem 207 mestres; em 97 a UNIOESTE teve 07 doutores hoje a UNIOESTE tem 42 Doutores e três Pós-doutores.

Isso mostra sem sombra de dúvida que o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, tanto pelo ex-Secretário, o Alex Beltrão, e o atual Secretário, o Ramiro Wahrftig, ex-Secretário de Educação, a atenção especial que eles estão dando ao ensino de 3º grau. Eu disse antes, não é uma obra física, mas sem sombra de dúvida é uma das maiores obras que ficará na história dos nossos filhos e do estudantado do Estado do Paraná.

Nos, como Deputados, devemos reconhecer isso. Senhor presidente, não é só no 3º Grau, que o governo está investindo. Poderíamos falar sobre o Ensino Médio nas escolas estaduais construídas há mais de vinte anos e não tiveram mais investimento.

Graças ao programa Deputado Miltinho, através do PROEM, é que o Estado do Paraná, conseguiu resgatar não só a educação, mas tirar dos nossos alunos da sala de aula, que tinham apenas quatro paredes, quadro-negro, e um professor à sua disposição, hoje, as nossas escolas estaduais estão equipadas com laboratório, informática e bibliotecas, são escolas que não perdem nada para as escolas de primeiro mundo. O Paraná, hoje, está ganhando muito.

Era esse registro que íamos fazer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero, hoje, nessa tribuna, render homenagens a três cidades que foram escolhidas e reconhecidas internacionalmente na área da saúde pública.

Todos sabemos, que hoje, uma das áreas mais complicadas e com deficiência enormes é, sem dúvida, a área da saúde pública.

Mas é importante a gente também destacar, quando se verifica uma melhoria de qualidade de vida, quando se observa que algumas cidades se projetam a nível internacional, sendo premiadas exatamente nessa área, quando vemos cidades trabalhando em cima da questão do médico da família, quando vemos o governo federal colocando nas cidades agentes de saúde e que visitam as casas diariamente, já trabalhando em cima da prevenção, para se evitar que o governo gaste muito mais depois na cirurgia, no internamento e tudo o mais.

Por isso, Senhor Presidente, quero dizer que as cidades de Curitiba, Matelândia, que não é meu reduto eleitoral - pode ficar tranqüilo, Deputado Antônio Baratter - a cidade de Mandaguari, que provavelmente sendo, Deputado Miltinho Puppio, seu reduto eleitoral.

Quero que Vossa Excelência parabeneze o prefeito, o Secretário Municipal de Saúde, porque a sua cidade, que o Senhor representa, foi uma das três premiadas aqui.

A verdade é que foi realizado concurso, através do Ministério da Saúde, com a participação de organismos nacionais e internacionais, ligados às questões de saúde em todo o mundo.

Esse prêmio tem como objetivo reconhecer e dar relevância aos municípios, às cidades que acumularam o conjunto de experiências concretas na área da saúde pública, especialmente, na área da saúde da família, que procura mudar o modelo assistencial no Brasil.

Esse primeiro concurso nacional de experiência em saúde da família teve 110 municípios brasileiros inscritos, de onde se destacaram os dez primeiros colocados, entre 450 trabalhos, que foram avaliados pela comissão julgadora formada pelo Ministério da Saúde, pelos institutos ligados ao setor de saúde e também pelo Ministério de Saúde, UNESCO, Câmara dos Deputados, Senado Federal, UNICEF, Opa, Fundação ABRINQ, Escola Nacional de Saúde Pública e outra entidade e um corpo de jurados, altamente qualificados para classificar estes trabalhos.

O Paraná teve 3 cidades entre as 5 primeiras colocadas, do Brasil. Das 5 colocadas, em referência à Saúde da Família, a cidade, capital do Estado, Curitiba, a cidade de Matelândia e a cidade de Mandaguari.

O programa Saúde da Família foi instalado em 1994 e este programa visa restaurar o antigo médico da família, voltar aos tempos em que o médico conhecia a família toda, o paciente sabia quem era o seu médico. O médico chegava já sabendo qual o diagnóstico a dar

aquele paciente, então busca-se trazer de volta esta que é uma experiência do médico da família.

Com isso estes municípios desenvolveram um acervo de prática e de tecnologia com criatividade, racionalidade e transparência e promoveram a participação da comunidade na questão dos serviços de Saúde para melhoria da qualidade de vida da sua população.

Para concluir, Sr. Presidente, segundo afirmação do Secretário da Saúde, nosso amigo e companheiro, Armando Raggio, estas premiações comprovam a seriedade com que assuntos da Saúde são tratados aqui no Estado do Paraná. Principalmente porque o programa de Saúde da Família é um investimento em prevenção, os seus profissionais levam informações que previam as doenças e ajudam a mudar os hábitos que prejudicam a Saúde.

O programa Saúde da Família, implantado, em Curitiba, em 1995, quero crer que também nestas duas cidades, Mandaguari e Matelândia, também nesta mesma época e a partir de uma estratégia de um modelo assistencial do aprimoramento do SUS.

Claro que eu não estou aqui afirmando que o Paraná vive um mar de rosas na área da Saúde, não, mas que o Paraná avançou, avançou. E a maior prova está aqui, nesta premiação, entre 110 cidades, entre os 5 primeiros colocados, 3 cidades do Estado do Paraná, Curitiba, evidentemente pelo seu avanço, que já vem de anos e as cidades de Matelândia e Mandaguari.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de usar a tribuna para fazer este registro, porque muito se critica, agora na hora de se reconhecer o trabalho feito por um prefeito, lá do interior, com todas as dificuldades, com sua equipe, com seu pessoal, pode fazer um bellissimo trabalho que serve para o Brasil e para o mundo também.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao Deputado Divanir Braz Palma.

#### O SR. DINANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares:

Nós, na liderança do PST tomamos liberdade, neste momento, para, no encerrar praticamente, do ano legislativo, desejar um Feliz Natal a todos os companheiros, um Ano Novo de muita prosperidade.

E ao encerrar este pronunciamento, deste ano, gostaríamos de trazer o nosso posicionamento, dentro da Bancada ruralista, mostrando que a luta deste ano, feita pela Bancada, foi uma luta profícua, mas infelizmente, no balanço final, ainda temos números que nos preocupam e trazemos aqui estes dados, para que Vossa Excelências façam uma reflexão sobre a atual situação, hoje, da reforma agrária no Estado do Paraná.

Recebemos um comunicado do Tarcísio Barbosa de Souza, Coordenador Geral da UDR do Paraná, que



nos deu os seguintes dados sobre a atual situação das fazendas ocupadas pelo MST.

Temos hoje, em todo o Estado do Paraná, 166 fazendas invadidas, sendo 63 fazendas produtivas com liminares de reintegração de posse; 59 fazendas sub-judice também com liminar de reintegração de posse e 44 fazendas em negociação com o INCRA.

Na região Noroeste, que mais me preocupa por ser daquela região, hoje temos 17 fazendas com reintegração de posse e produtivas; 12 fazendas em negociação com o INCRA, 33 fazendas foram reintegradas pela Polícia Militar, 14 fazendas em fase de assentamento e três fazendas sub-judice.

É um balanço preocupante e temos buscado a causa. Temos lutado junto com os companheiros na busca das soluções. E hoje, sem sombra de dúvidas, sem querer entrar em conflito com a atual superintendência do INCRA do Estado do Paraná, mas queremos registrar que o desempenho do INCRA no nosso Estado é péssimo. Um péssimo desempenho na reforma agrária no Estado do Paraná.

Vejam que o INCRA está agindo no Estado do Paraná desde 9 de julho de 1970, há quase trinta anos. Vejam o que o INCRA conseguiu realizar em termos de reforma agrária. Foram 219 projetos de assentamentos criados no Paraná. Foram assentadas 12 mil famílias. Famílias que receberam seu lote, famílias que emanciparam. Sabem quantas? Nenhuma. Nenhuma família tomou posse, dessas doze mil famílias do Estado do Paraná. Transcorridos os trinta anos, nenhuma família.

Quero chamar a atenção da Oposição também que se preocupa muito com a reforma agrária do Paraná para esses dados estarrecedores.

Vejam, Deputados da Oposição, doze mil famílias foram assentadas no Paraná nos últimos 30 anos do INCRA aqui. Nenhuma família teve a honra, teve o privilégio, teve a condição de ter o seu título de propriedade. Nenhuma família assentada possui a emancipação da terra.

Onde está o erro? É claro, não podemos culpar o Governador Jaime Lerner; os fazendeiros, temos que creditar essa ineficiência ao INCRA que consome verdadeiras fortunas dos cofres públicos federais. Já dissemos aqui várias vezes, mais de 8 bilhões, só na administração do Fernando Henrique Cardoso. E os assentamentos ocorrem de forma não profissional. O que acontece? Não temos produção dessas terras ocupadas. Não temos um acompanhamento decente ao ponto desses assentados viverem perambulando por essas terras como se fossem ciganos, nômades. Não criam raízes porque o próprio INCRA não lhe dá condições técnicas de acompanhamento. Os números não mentem. Isso é uma vergonha!

Nós da Bancada Ruralista vamos continuar insistindo. Somos favoráveis a reforma agrária, sim, mas que seja dentro do estado do direito.

Vejam a estrutura do INCRA no Estado do Paraná

Paraná, são 176 funcionários trabalhando em Curitiba, Francisco Beltrão e Cascavel.

Quero abrir um parêntese aqui, não estamos contra o atual Superintendente do INCRA, o Senhor José Vieira, mas estamos sim, contra, este estado paquidêmico que se encontra o INCRA em todo o Brasil.

Esta sendo levantado por Moacir Miquelitto em Brasília com a formação dessa Comissão de Fiscalização do Parlamento, que vai levantar essa verdadeira caixa-preta que é o INCRA.

O INCRA hoje, é um instituto politizado, um instituto que coloca acima idéias ideológicas, retrógradas, em detrimento a um procedimento de profissionais que olham no seu trabalho a eficiência, a competência e realiza um trabalho administrativo.

Então o INCRA hoje, vejam os senhores, além dos 176 funcionários, tem 44 pensionistas e 252 aposentados. Quer dizer tem mais funcionários hoje, aposentados e pensionistas, do que funcionários trabalhando.

Então o resultado aí está, é fácil concluir, o INCRA na realidade é ineficiente, não adianta nós ficarmos aqui batendo cabeça, porque temos que atacar o coração do problema. O coração é o INCRA.

O que fazer?

Temos que fazer, o quê?

Nós precisamos modernizar o INCRA. Precisamos tirar do INCRA certas competências que não estão levando a nada. Por exemplo, índice de produtividade, deve ser medido por quem? Pelo Ministério da Agricultura. Não é possível confundir. Hoje, nós principalmente da região Sul, onde temos uma pecuária avançada, não podemos confundir as aplicações de índice de produtividade do INCRA.

O INCRA considera uma vaca, de 24 meses, como superior a um boi de 18 meses, que tenha 16 arrobas. Esse índice de produtividade está errado. Nós temos que avançar, temos que dar um choque de modernidade no INCRA, para que ele possa realmente cumprir a sua função, temos que fazer com que essa despolitização transforme essa entidade num verdadeiro veículo que faça o assentamento da reforma agrária, com a agilidade que a sociedade moderna exige. Nós temos terras improdutivas, temos fazendas devolutas, temos famílias que trabalham a terra, que gostam da terra, mas é preciso que haja um Instituto que seja moderno para que possamos fazer essa reforma agrária de uma forma eficiente como a sociedade está exigindo.

Agora, senhores, com esse INCRA que aí está, não há condições.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, os números aqui trazidos por Vossa Excelência e, de onde eu posso lhe dizer que são números assustadores, de famílias

que foram colocadas à terra em áreas desapropriadas e lá assentadas e, até hoje, não tenham o seu título definitivo.

Um INCRA grande, pesado, uma estrutura que não funciona dentro de grandes dificuldades, dentro do que o seu próprio quadro funcional, que não se entende e de certa forma ajudando a inviabilizar a Reforma Agrária no nosso Brasil.

Assusta-me ver esses números.

Deixa claro, nós temos no Estado do Paraná um Superintendente, que tem feito o possível a partir da hora, que lá ele ingressou para resolver os problemas agrários dentro do Estado do Paraná. Mas, dentro dessa preocupação que vejo em cima desses números assustadores, cada vez fica mais claro, não se tem o INCRA a vontade de resolver e fazer com que a Reforma Agrária realmente aconteça no país. Espero que atitudes sejam feitas, vejo que tem representantes em Brasília, preocupados com a situação. O número de recursos perdidos, o número de recursos destinados ao INCRA é muito grande, de número significativo e que parece que a solução não acontece, é tudo muito lento, porque o quadro funcional, a estrutura não têm vontade de realmente resolver o problema da Reforma Agrária.

Apóio o seu discurso, o seu pronunciamento e tenho certeza que com a ação dos Deputados, com a ação dos Parlamentares em Brasília, pode fazer com que o INCRA seja passado a limpo. Quem sabe até uma CPI, para saber exatamente o que acontece dentro do INCRA, a nível de Brasil, para poder deixar claro à opinião pública aonde está indo o dinheiro arrecadado do povo e, que é destinado para uma Reforma Agrária que não acontece.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Braz Palma, solicito um aparte.

**(Assentimento)**

Deputado, esse assunto da reforma agrária é extremamente palpitante e faço questão de frisar que sempre respeitei aqueles que divergem da minha opinião e principalmente aqueles que procuram fazer com que suas atitudes sejam levadas pelos seus ideais. Podemos discordar mas sempre temos que respeitar.

Tenho defendido uma idéia há muito tempo nesta Casa, que seria muito mais produtivo e barato para o governo federal, muito menos traumático para os proprietários e para a sociedade, se o governo, no lugar de desapropriar áreas, procurasse, dentro de cada município e com uma comissão formada junto às imobiliárias, aqueles que querem deixar, por qualquer razão, não querem mais trabalhar com a terra, colocam suas propriedades à venda e teríamos uma comissão que estabelecesse o preço de mercado. Algumas pessoas divergem, acham que isso é um sonho, uma utopia, mas recebi uma denúncia há questão de uma semana, que comprova que eu estou certo. Essa denúncia diz o seguinte: alguns grandes empresários brasileiros estão usando de um artifício junto ao INCRA de que não

pagam tributos, ficam devendo tributos federais de alta monta, junto ao INSS e depois fazem acordos com lideranças do MST, para que a sua propriedade seja invadida, áreas que não são propícias para agricultura, tem declividade acentuada, muitas áreas de preservação permanente, indo contra tudo aquilo que a gente prega de preservação do meio ambiente e daí, a área invadida e essas pessoas negociam as TBAs sem desconto nenhum, pagando esses tributos federais.

Está ficando uma indústria e a área que se fosse vendida no mercado, seria vendida, por exemplo, por mil reais, neste acordo, é desapropriada por três, quatro mil reais. Então perde o governo, perde o movimento, perde o pequeno produtor que vai ser assentado, porque vai ser assentado numa área imprópria.

Acho que esse assunto tem que ser debatido, precisamos achar uma nova solução para a reforma agrária e precisa mais transparência.

Essa idéia de uma CPI dentro do INCRA, acho que é importante, para que fique transparente qual é o procedimento que o INCRA terá para as futuras desapropriações.

Obrigado.

#### **O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Obrigado pelo seu aparte.

Realmente é o que acontece. O nosso sonho é o sonho de todos os Deputados aqui, é termos um Estado moderno, é termos uma reforma agrária decente, onde se coloquem lá os verdadeiros trabalhadores que gostam da terra, que façam da enxada e da foice não um símbolo, não uma arma branca, mas sim um instrumento de trabalho para que a terra volte a produzir e eles alimentarem as suas famílias.

Para isso, precisamos desse INCRA moderno. O nosso sonho é esse e vamos lutar. A Bancada Ruralista não vai se calar. Vamos ao âmago da questão e vamos fazer com que esse novo Instituto faça da reforma agrária do Estado do Paraná, uma ação social, humana, justa e que os proprietários de terras produtivas possam trabalhar em paz no nosso Estado.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PFL.

**(Declina)**

Concedo a palavra à Liderança do PST, ao Deputado Takayama.

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Senhor Presidente, nobres Parlamentares.

Quero agradecer ao Líder do PST por nos ceder este horário para formular convite aos Parlamentares e a todos os presentes e quero dizer ao Presidente desta Casa, da minha gratidão por esta Casa homenagear amanhã pela manhã, os evangélicos de uma forma geral.

Nesta semana comemorou-se a “Semana Evangélica”, projeto de lei que apresentamos há dois anos e que foi sancionado pelo Governador do Estado. Sei que nesse instante alguns Parlamentares podem tomar a idéia de que este é um ato discriminatório porque estamos querendo aqui, enaltecer os evangélicos e porque não então os católicos, os espíritas.

Da minha parte, quero informar aos Senhores de que não há nenhuma contrariedade da nossa parte com relação a essa questão e também não se trata de um ato isolado e discriminatório.

A razão de estarmos apresentando amanhã esta Sessão Solene, Senhor Presidente, e quero agradecer a Vossa Excelência pela anuência para a celebração deste fato; é que não há na sociedade brasileira um organismo que mais contribua para a nossa sociedade, Senhor Presidente, que mais ajude a recuperar as pessoas, recuperar pessoas isoladas, pessoas que não têm a menor perspectiva ou a possibilidade de se reintegrarem ao meio, à sociedade, como as igrejas evangélicas.

E no meio dessas igrejas existem aqueles anônimos, diria os heróis anônimos, pessoas que de uma forma ou de outra contribuem para recuperar as vidas, pessoas que vão nos presídios e falam do amor de Deus ao seu semelhante, pessoas que vão pela madrugada nas sarjetas da vida, pelas calçadas, procurando pessoas embriagadas - muitas vezes até pais de família que não tem a menor perspectiva de se reintegrarem porque estão viciados no álcool, na droga, no craque e muitas vezes, até viciados na própria prostituição, na pornografia e esses heróis anônimos fazem um trabalho fantástico.

Com uma vantagem, Senhor Presidente, sem nenhum ônus ao Estado, porque são pessoas que trabalham sem remuneração, trabalham pelo ideal de recuperar, de transformar o indivíduo.

E nós já estamos cientes de que uma cadeia, uma casa correcional, uma instituição de ensino não consegue recuperar uma vida.

Nós sabemos que as nossas cadeias públicas, as penitenciárias são muitas vezes quase escolas do crime.

E esta é a razão de estarmos, aqui formulando o convite a todos os Parlamentares e à nossa sociedade paranaense, para que a nossa Assembléia Legislativa amanhã, quarta-feira às 10 horas, possa prestar esta homenagem a estes anônimos.

Quem são eles? São pessoas que não aparecem na mídia, são pessoas que não são assalariadas ou quando são, são ajudas tão irrisórias. pessoas que no seu dia-a-dia, estão montando creches, asilos, orfanatos, casas de passagem, casas de recuperação de drogados, ajudando pessoas a se reintegrarem. Pastores que muitas vezes lá no interior não são lembrados por ninguém, mas que fazem um trabalho - como anônimo, sem remuneração, sem ajuda.

São estas as pessoas que serão homenageadas na manhã de amanhã, quarta-feira, e gostaria de contar com a presença de todos os Parlamentares, mesmo porque

cada Deputado aqui representa uma região e na sua região essas pessoas são pessoas que ajudam também os Deputados a chegarem aqui, que ajudam os nossos prefeitos, os executivos a realizarem um trabalho, sem muitas vezes aparecerem perante a mídia.

Quero agradecer ao Senhor Presidente, e aos demais Parlamentares e dizer que não há homenagem mais justa do que a que será realizada amanhã.

E quero ainda informar, que nesta ocasião, será feita uma homenagem especial à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, quando ela completa seus 88 anos como pessoa jurídica, mas, já beira à casa dos 90 anos de fundação. Estará presente, Senhor Presidente, já confirmando presença o vice-Governador do Distrito Federal que é um pastor também, outras autoridades evangélicas foram convidadas. Mas a homenagem que será prestada amanhã à Semana do Evangelho, não significa que as pessoas de formação católica, espírita, enfim, de qualquer igreja não devam estar presentes, aqui. Mesmo porque somos irmãos, são cidadãos do dia a dia que merecem a homenagem que esta casa estará prestando.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência registra com prazer a presença no Plenário do ex-Prefeito de Capanema, Marcelino Pessan, bem como representantes da OCEPAR, Rudolfo W. e Eloi Setti.

Consulto a Liderança do PPB se fará uso do seu horário. Havendo declinado, na Liderança do PSB usará da palavra o Deputado Antonio Belinati.

#### O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança, estou convidando os membros da Comissão de Segurança, para que façamos uma reunião aqui na Sala das Comissões para que possamos ouvir alguns funcionários do Instituto Médico Legal. Senão vai ficar adiantada a hora, e lembro que na terça-feira passada, a Comissão ficou aqui até às 21:30. Pediria que o Presidente liberasse os membros da Comissão, e voltaremos inclusive para votar a pauta de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Presidência sugere que VV. Exas. se reúnam em uma das salas cedidas por uma das lideranças aqui próximo ao Plenário, na Liderança do PPB ou PMDB, que é mais próximo, que na hora da votação seria mais fácil o contato para que VV. Exas. compareçam.

#### O SR. RICARDO CHAB

É que os nossos convidados já estão esperando lá na Sala das Comissões. Agradecemos a sugestão.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Me inscrevi de última hora, neste horário, para aqui fazer um registro e até um convite, já que amanhã se encerra o período ordinário de convocação da Assembléia Legislativa.

Acontecerá em Londrina, nos meses de janeiro e fevereiro, começando no dia 19 de janeiro e encerrando no dia 6 de fevereiro, o torneio pré-olímpico de futebol, no qual estará classificada a seleção para disputar a medalha para os jogos olímpicos do ano 2000.

Quero fazer um convite aos Senhores Deputados, às Senhoras Deputadas, à imprensa aqui presente, ao Senhor Presidente Deputado Caíto Quintana, porque este evento entrará para a história da Cidade de Londrina. Tenho certeza que este vai ser o maior evento esportivo e um dos maiores eventos de toda a história do Norte do Paraná. Até para que os Senhores Deputados tomem conhecimento, a própria seleção do Uruguai, Deputado Élio Rusch, vai disputar o torneio pré-olímpico com a sua seleção principal, e a nossa motivação em torno desse evento, logicamente se dá pelo fato de ser a única conquista de futebol que o Brasil ainda não conquistou, que é a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos.

E esse evento, Senhor Presidente, vai movimentar na Cidade de Londrina, entre jornalistas, as seleções, comissão técnica, pessoal de apoio que está trabalhando para este evento, em torno de 1.200 pessoas na Cidade de Londrina. Os hotéis já estão reservados, a capacidade dos hotéis foi um aspecto que chamou muito a atenção da Comissão Organizadora da CBF, Confederação Brasileira de Futebol, a rede de restaurantes da Cidade de Londrina, a qualidade de vida em que vive o povo na nossa cidade, chamou a atenção da Comissão Organizadora, e aí se deve o fato de Londrina ter sido a grande premiada para sediar a chave da nossa Seleção Brasileira de Futebol, assim como Cascavel, que dará início no dia 18 ao torneio pré-olímpico onde cinco seleções disputarão 2 vagas no Município de Cascavel. Na chave de Londrina também sairão 2 classificados, onde evidentemente haverá o confronto, e sairão os classificados para os Jogos Olímpicos para o Ano 2000.

Concedo ao Deputado Geraldo Cartário o aparte que me pede.

### O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Antonio Belinati, somente para deixar registrado nesta Casa também da nossa parte o enaltecimento ao senhor, seu pai, o Prefeito Antônio Belinati, porque sei o quanto ele se esforçou para que Londrina e a região no Norte do Estado recebam este grande prêmio do esporte nacional, com o mês de janeiro, começo de fevereiro.

Então, é somente para registrar esse grande acontecimento em Londrina que enaltece, sobremaneira, inclusive, a nossa Portuguesa de Londrina, que também

fortalece todo um trabalho que vem sendo feito nesse aspecto, visto que ela está participando do Campeonato Especial do ano que vem, a nossa Portuguesa de Londrina, a qual tenho a honra de ser o vice-Presidente. Então, sei o quanto é difícil conseguir essa façanha para o Norte do Paraná.

Transmita ao seu pai a nossa admiração e respeito por esta façanha para Londrina.

O SR. ANTONIO BELINATI

Temos, Deputado Geraldo Cartário, que cumprir a todo o nosso povo de Londrina e região, porque evidentemente é esperado para esse torneio, evidente que o estádio não tem essa capacidade, o Estádio do Café tem capacidade para um pouco mais de 40 mil pessoas, mas entre um jogo e outro, espera-se que mais de 200 mil pessoas possam comparecer ao estádio para assistir as partidas do torneio pré-olímpico.

E um detalhe importante, Deputado Cartário, é exatamente a organização do torneio pré-olímpico, a Confederação Brasileira de Futebol trabalha com um profissionalismo muito grande. Estivemos presente inclusive na reunião de organização na questão da segurança das delegações e foi colocado uma condição pela Confederação Brasileira muito grande pelo que tange à segurança. E queremos inclusive fazer aqui um apelo também às autoridades que têm nos ajudado, Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, a participação da Secretaria de Segurança Pública que é fundamental para que os jornalistas do mundo possam ter referência à organização da nossa Cidade de Londrina e do Estado do Paraná.

Tenho a certeza que isso vai abrilhantar ainda mais o evento que vai acontecer na Cidade de Londrina com a participação da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Esporte e Turismo, onde também já se espera divulgar, porque estarão presentes jornalistas do mundo inteiro, divulgar o turismo na nossa região. Esperamos contar com a presença dos Senhores Deputados, e alertar até a nossa imprensa que foi construído no Estádio do Café um auditório para que em torno de mil e duzentas pessoas possam vir trabalhar nesse torneio pré-olímpico. O auditório que vai receber a imprensa, oferecer um sistema de informática de 1º mundo com a nossa SERCOMTEL, que é o grande meio de telecomunicações da Cidade de Londrina e que vai projetar não só a Cidade de Londrina, mas o Estado do Paraná para o Brasil e para o mundo.

Na última semifinal que aconteceu no campeonato brasileiro, o comentarista da TV Globo, assim como quem narrava o jogo, Galvão Bueno, falou, pelo menos, 4 vezes o nome da Cidade de Londrina para todo o Brasil.

Então, isso já mostra esse grande empenho que não só a Prefeitura de Londrina demonstrou, mas esse grande presente que recebe o povo da nossa cidade. Porque para acontecer um pré-olímpico no Brasil, numa próxima vez, vão ser necessários 36 anos para que o pré-olímpico volte a acontecer no Brasil. É evidente

que isso não quer dizer que vá ser no Estado do Paraná. É a grande chance que temos de mostrar para o Brasil e para o mundo a capacidade que tem a nossa região, o Estado do Paraná.

Fica o convite aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas e ao nosso Presidente que preside a nossa Assembléia no momento, Deputado Caíto Quintana.

Muito obrigado a todos!

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continuando com o Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB.

(Declina)

Com a palavra, Deputado Edson Strapasson, pela Liderança do PMDB.

#### O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna fazer um relato da reunião que tivemos hoje pela manhã na Comissão de Obras e Transportes, desta Casa, onde tivemos a oportunidade, juntamente com outros Deputados, Péricles, Beto Richa, Moysés Leônidas, Plauto e Algaci Tulio, de, juntamente com vários Prefeitos e representantes dos municípios da região metropolitana, poder fazer um debate em relação ao questionamento do projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Tulio, de nº 562/99. Ele autoriza o Governador do Estado do Paraná a transferir, mediante convênio, o gerenciamento do transporte metropolitano da região de Curitiba.

Esta reunião da Comissão de Obras foi bastante animada e tivemos a oportunidade de poder questionar um projeto de tamanha grandeza como é este projeto que realmente mexe com a questão do transporte metropolitano. Já que este projeto deu entrada nesta Casa em primeira votação no dia 02 de dezembro e naquela oportunidade, por não ter sido encaminhado à Comissão de Obras, encaminhamos um requerimento, que foi aprovado nesta Plenária, para que ele pudesse ir à Comissão de Obras e ser debatido quanto ao seu mérito.

Tivemos também um requerimento em que pedimos a retirada por 10 sessões, que teve apoio do autor do projeto, Deputado Algaci Tulio, e foi aprovado na sequência um requerimento pedindo urgência o que fez com que este projeto retornasse à pauta de hoje e inclusive, estamos encaminhando um requerimento também porque, na verdade, foi corrigido já e o projeto não entra hoje em 2ª votação, e sim em 1ª votação, já que naquela oportunidade foi retirado de pauta.

Tivemos a oportunidade de ouvir os reclamos dos Prefeitos da Região, dos Prefeitos de Almirante Tamandaré, de Pinhais e de Colombo, o representante de São José dos Pinhais, Araucária, Campo Magro, Rio Branco do Sul e outros municípios da região que se demonstraram bastante preocupados e interessados já que na verdade há de se preservar uma série de quesitos em relação a este projeto. Não tem sentido porque estamos

apenas neste caso regularizando uma situação que já vem, para alguns municípios, há três ou quatro anos, onde a URBS já opera na parte de fiscalização do transporte na região metropolitana, principalmente naqueles que tem integração com a Capital, onde a URBS administra através de um convênio administrativo da COMEC com a URBS, com a interveniência dos municípios envolvidos.

E, evidentemente neste momento, onde se objetiva, através deste projeto conceder a plenitude da exploração, da fiscalização e do gerenciamento do transporte para a URBS, há de se convir que a Assembléia Legislativa do Paraná deve se pronunciar ouvindo principalmente as partes envolvidas porque havemos de considerar que, não obstante sendo a URBS uma empresa capacitada, com *know how* na administração do sistema, e tendo que ser a URBS a empresa gerenciadora por tratar-se da empresa que opera a região de Curitiba, tendo em vista a integração do transporte metropolitano, há de se preservar neste projeto alguns detalhes interessantes no que se refere principalmente à autonomia municipal, o interesse dos prefeitos, das lideranças políticas da região metropolitana, em se fazerem representar perante a URBS, ter poder de deliberação, porque não é possível que autorizemos, a partir de agora, uma empresa de caráter municipal se reportando ao projeto inclusive, aplicando as disposições de uma Lei municipal, Lei nº 7556 que rege o transporte metropolitano, o transporte municipal de Curitiba, ampliando sua atuação a nível de região. Evidentemente devemos tomar muito cuidado para que tenhamos de fato uma melhoria da qualidade do transporte e não apenas uma sessão sem um questionamento mais profundo.

Ficou evidente, Senhores Deputados, que há muito que se discutir e que é precipitada a votação neste período sem ter um questionamento mais profundo com a COMEC, com a URBS, com os Prefeitos para que tenhamos de fato um projeto que venham contemplar os municípios da região metropolitana e não fazer, como citou um prefeito, dizendo que apenas os municípios estão entrando com o ouro que é o passageiro dos municípios integrantes da região, procurando canalizá-los em direção à Capital, sem se preocupar com a amplitude na questão da integração local de muitos municípios, sem se preocupar, muitas vezes, em trazer uma oportunidade onde a nível de um conselho, de uma entidade metropolitana, os prefeitos da região tenham oportunidade de se pronunciar, questionar, inclusive de votar quanto as questões de ampliação modificadas das linhas e itinerários aqui da nossa Região Metropolitana de Curitiba. Fica muito importante a criação deste conselho e é importante também citar que em Curitiba a URBS administra o todo do sistema, inclusive custeando a operação dos terminais e que isto de fato, Senhores Deputados, Senhor Presidente, não acontece nos municípios da região que se vêem obrigados através de um contrato leonino, impondo condições para que os municípios aca-

bem tendo que arcar com os custos de operação dos terminais.

Ora, neste momento, Senhores Deputados, temos a grande oportunidade de trazer a esta Casa a decisão de determinar a quem cabe, a quem compete a construção, ampliação dos terminais - a URBS, aos municípios ou ao Governo do Estado? Porque da forma como está hoje, está ocorrendo um verdadeiro jogo de empurra-empurra, onde a URBS empurra aos municípios a necessidade de alocar recursos para a construção de terminais. O Governo do Estado do Paraná empurra para a URBS como se ela fosse obrigada e tivesse recursos para construir novos terminais. Os municípios sem condições, sem recursos acabam ficando muitas vezes respondendo por uma questão, sendo obrigados a investir num projeto que muitas vezes não tem condições porque a pressão popular acaba em todos os casos estourando na cabeça e na cara, de frente com os prefeitos da região.

Temos aqui a grande oportunidade de colocar em votação este projeto onde vejo que deveríamos talvez retirar este projeto e no parecer da Comissão, assinado por todos os Deputados, a pedido dos Prefeitos, a pedido de todos os representantes dos municípios, eles pedem que se faça, que se dê um prazo maior para que possamos aperfeiçoar o projeto, melhorar, para que ele realmente venha em definitivo, Senhores Deputados, ajudar a melhorar as condições de transportes e não apenas como um paliativo para regularizar a situação.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentamento)**

Deputado Strapasson, apenas estou solicitando um aparte para parabenizar V. Exa. pela preocupação demonstrada no sentido de aperfeiçoar esta proposta de lei do Deputado Algaci Tulio. Vossa Excelência que foi Prefeito de Colombo e é Deputado aqui da região metropolitana tem demonstrado uma atenção muito especial aos assuntos do Paraná e sobretudo aqueles que ocorrem aqui na região metropolitana.

Por isso mesmo, até como Presidente da Comissão de Obras, V. Exa. já enumerou aqui de que reuniu a Comissão para discutir, para questionar, reuniu as pessoas envolvidas, fazendo com que o papel desta Assembleia Legislativa efetivamente cumpra, seja cumprido o papel de fazer leis que atendam os interesses da comunidade.

E é por isso que quero elogiar a sua participação, o seu desempenho como Parlamentar no sentido de oferecer um instrumento capaz de atender os interesses da comunidade. O que não podemos aceitar é de que a URBS se torne neste instrumento poderoso, dilapidando os interesses dos Municípios na questão do transporte de passageiros intermunicipais.

Por isso quero registrar aqui a nossa manifestação de contentamento com V. Exa., mesmo como companheiro de Partido, e observando a sua preocupação em ser

um Deputado atuante, dando respostas aos interesses da comunidade da Região Metropolitana de Curitiba.

#### **O SR. EDSON STRAPASSON**

Agradeço o aparte ao nobre Deputado Algaci Tulio que esteve conosco hoje pela manhã dialogando, e que tenho certeza que acima de tudo está pensando na questão da melhoria da condição e que este projeto sirva que definitivo para avançar nessa questão Metropolitana.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Sr. Presidente, só um minuto para que faça um aparte ao Deputado Strapasson porque se é uma coisa que procuro valorizar nesta Casa e tenho cobrado constantemente é realmente a atuação das comissões internas.

E tivemos hoje pela manhã realmente uma reunião das mais proveitosas onde foi deixado muito bem claro pelos Prefeitos presentes, de Tamandaré, de Pinhais, de Colombo, de que foi a primeira vez em que eles foram convidados a vir à Assembleia Legislativa para discutir um assunto de interesse da Região Metropolitana.

Deixei muito bem claro que o projeto foi realmente uma provocação para que pudéssemos discutir, não só o transporte coletivo, e acho, Deputado Strapasson, que evidentemente este ano dá mais, mas o ano que vem temos que fazer um seminário, até sugiro aqui um título: "Região Metropolitana e o desafio do Milênio", porque temos que discutir saúde, educação, enfim, tudo porque é um grande desafio, não só para os prefeitos, mas para o Governo do Estado, a situação da Região Metropolitana com êxodo rural, com o desemprego e tantas coisas que pairam por aí.

Então, na verdade acho que a gente pode aproveitar bem a manhã discutindo com os prefeitos, com os Deputados que fazem parte da comissão, com o Relator do Projeto, Deputado Péricles, que entendemos evidentemente foi consenso, é importante citar isso, a criação do conselho, porque é o conselho que vai normatizar esta lei que podemos votar em 1ª Discussão hoje pela sua legalidade, pela sua constitucionalidade, e depois evidentemente voltar para a comissão para a questão de mérito.

Acho que é muito importante e acho que a Assembleia está contribuindo para o desenvolvimento da questão da Região Metropolitana, e dizer que a URBS tem know how para isso, a URBS não quer centralizar, e acima de tudo, deixamos bem claro, o respeito, a autonomia municipal, isso é fundamental, que fique expresso dentro desse conceito.

Obrigado.

#### **O SR. EDSON STRAPASSON**

Sr. Presidente, solicito um aparte para que possa concluir o meu pronunciamento.

#### **O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Perfeitamente. A Mesa lhe concede o horário das Oposições.

#### O SR. EDSON STRAPASSON

Srs. Deputados, complementando, agradeço o aparte do Deputado Algaci Tulio, e que na verdade demonstrou juntamente com os outros Deputados, o próprio Moysés Leônidas que não é da região mas conhece profundamente as questões metropolitanas, pode juntamente com os Deputados Péricles, Pastor Edson, o Plauto Miró também esteve presente, para poder avaliar isso aí.

Uma coisa importante, Deputado Algaci, é que realmente não costumamos fazer as condições de esclarecimento para que acabe não votando. Imagino que esse projeto hoje até poderia ser votado quanto a sua constitucionalidade, apesar que faço uma ressalva em relação à questão da referência, da subordinação quando o projeto aplica as disposições de uma Lei Municipal no Regimento de uma operação metropolitana.

Portanto ela fere, no meu entendimento, a questão constitucional, não vejo porque evidentemente ele deverá receber desta Casa muitas emendas, já que o assunto é apaixonante, porque é muito questionado, no relatório da comissão o Deputado Péricles de Mello, a fazer o seu relatório conclusivo, ao seu Parecer abordou e acatou uma solicitação da maioria dos presentes, onde solicita que o projeto fosse dado um tempo, para melhor discussão, porque estamos no final do período legislativo, temos amanhã, como último dia.

E o que não queremos é que o projeto seja deixado de lado, para a discussão e muito menos que ele seja apressado, a ponto de ser aprovado, muitas vezes com falhas ou com artigos que acabem comprometendo parcialmente ou integralmente a sua intenção. Queremos abordar o assunto e discutir amplamente, porque entendemos que a Região Metropolitana de Curitiba precisa urgentemente ter a sua integração de fato.

Não podemos admitir, Srs. Deputados, em hipótese alguma, que apenas os municípios da região sejam utilizados para equilibrar o sistema de transporte da Capital, deixando em segundo plano o interesse regional de uma coisa que abordávamos com firmeza, era que, aqui, em Curitiba, temos junto aos terminais de transporte o embarque gratuito, para as regiões, ao retorno aos bairros, coisa que devemos brigar muito forte, para que seja uma realidade também nos municípios.

Porque dessa forma estaríamos fortalecendo o comércio local, o município, fazendo com que o cidadão daquele município pudesse, numa condição mais favorável, permanecer comprando e realmente tendo oportunidade no comércio local, do que tendo de se avolumar, aqui, em Curitiba, fazendo com que o número de passageiros e veículos fosse maior.

É importante criar uma consciência de fato, não apenas de faz-de-conta, mas sim de fato, para que tenhamos uma integração dos municípios, para que não sejamos

mais encarados como fomos tantas vezes, como uma extensão remota da Capital, que só serve para servir de mão-de-obra e trazer para cá produção. Temos que encarar a grande Curitiba como uma realidade emergente e temos que dar condições de infra-estrutura equivalente à que tem a Capital e os municípios da região, que realmente tanto sofrem com essa realidade, com dificuldade econômica.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a oportunidade. Espero poder estar debatendo essa questão em outras comissões ou nessa Tribuna, com mais amplitude, para que possamos definitivamente contribuir nesta Casa, é o nosso papel discutir, debater, para melhorar os projetos, para o atendimento do sistema de transporte metropolitano.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há dias atrás apresentei um projeto nesta Casa, que proibia a adição de açúcar à erva-mate. Naquela ocasião, anunciava que apresentaria um novo projeto proibindo a importação, a comercialização, circulação e consumo de carne oriunda de países, que se utilizassem do anabolizante para a engorda, principalmente, do gado bovino.

Gostaria de relatar a todos os Srs. Deputados, que desde apresentamos esse projeto, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, proibindo a adição de açúcar à erva-mate, erva-mate já teve uma valorização em torno de 30%, para os pequenos produtores, principalmente, no Estado do Paraná e que acabou beneficiando não somente os produtores do Estado do Paraná, como também os produtores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O objetivo do projeto que apresentamos nesta tarde, proibindo a comercialização, importação e consumo de carne bovina oriunda de países que se utilizam do anabolizante, tem alguns objetivos, mas o principal, Senhor Presidente, é proteger o produtor paranaense e o produtor brasileiro.

Estamos vendo, e agora, mais recentemente em Seattle, nos Estados Unidos, quando houve uma reunião da grande maioria dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, que a grande queixa dos países em desenvolvimento era que os países desenvolvidos, principalmente os sete grandes continuavam impondo barreiras aos produtos, principalmente aos produtos agrícolas e manufaturados dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos pregam abertura, quando lhes convém e estamos, na verdade, sempre a reboque e sempre o pre-juízo acaba ficando na mão dos mais fracos e principalmente do produtor rural, de forma geral.

É importante que todos os Deputados saibam que no Brasil a produção de carne com utilização da anaboli-

zante é proibida, através de uma Portaria. Está tramitando no Congresso Nacional desde o ano de 91, um projeto de autoria do Senador Osmar Dias, proibindo o uso do anabolizante para engorda bovina em nosso País. Este projeto ainda não foi aprovado no Senado da República, mas está em vigor uma Portaria que proíbe a utilização. Para aqueles que militam na área da pecuária, que trabalham com a pecuária, sabem que o uso do anabolizante aumenta a produtividade em torno de 20%. Então, não podemos usar e estamos importando carne dos países que se utilizam, como por exemplo, os nossos vizinhos Uruguai e Argentina, fazendo com que haja uma concorrência desleal e, na verdade, usando até um termo pesado, na verdade o produtor brasileiro está fazendo papel de otário, mais uma vez. Não podemos usar, produzimos a menos, somos chamados muitas vezes, infelizmente, por governantes nossos, de incompetentes. Lembro bem quando aqui esteve um Ministro, nesta Casa, e dizia que o produtor paranaense, o produtor brasileiro tinha que parar de chorar, tinha que se mostrar competitivo. Agora, não podemos ser competitivos quando a regra do jogo não é a mesma!

Na verdade, o objetivo maior desse projeto é que tenhamos uma regra igualitária para o produtor brasileiro e principalmente para o produtor do MERCOSUL, que tem uma ligação mais próxima conosco.

Sei que este é um projeto muito polêmico, mexe com relações diplomáticas, MERCOSUL, mas acredito que estamos cumprindo com nosso papel. Alguns Deputados podiam nos questionar se é atribuição da Assembléia Legislativa legislar sobre esta causa.

Para que não parem dúvidas aos Senhores Deputados, o próprio Artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, estabelece que os Estados têm competência concorrente para legislar sobre produção e consumo. Enquanto que o Artigo 23 dispõe que lhes cabe cuidar da saúde e assistência pública. Exatamente o nosso projeto cuida dos dois assuntos: consumo e saúde. Por isso, tenho absoluta certeza que o projeto obedece todos os trâmites, inclusive da legalidade e da constitucionalidade e por isso espero ter aprovação de todos os meus Pares, para que este projeto possa ser transformado em lei. Porque hoje, o que regulamenta, é uma portaria e precisamos transformar em lei, ou que esta portaria caia e que permita que o produtor brasileiro também se utilize do anabolizante.

A justificativa que alguns países usam é que o anabolizante, se usado corretamente, não faz mal à saúde. Se não faz mal à saúde, então que nós também utilizemos. Agora, não podemos aceitar que somente o produtor brasileiro, o pecuarista brasileiro seja penalizado.

Peço então, mais uma vez, o apoio já antecipadamente, a este projeto, e estarei aberto e logicamente que no próximo período legislativo iremos debater, discutir e estamos abertos a sugestões para melhora deste projeto.

Muito obrigado.

## O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Antes da votação da Ordem do Dia, esta Mesa tem a honra de comunicar ao Plenário que amanhã haverá Sessão Solene, com início às 10 horas da manhã, comemorativa aos 88 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Brasil, e a Semana dos Evangelícos. Será realizada no Plenário desta Casa.

Da mesma forma, comunica que amanhã, às 15 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, haverá uma audiência com a Sra. Shirlei, que será ouvida pela Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para votação do Projeto de Lei nº 646/99. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para votação do Projeto de Lei nº 634/99. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Carlos Simões e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral de Plenário, para votação relativa ao Projeto de Lei nº 646/99, referente à Mensagem Governamental nº 026/99. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando



preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 646/99, oriundo da Mensagem Governamental nº 026/99.  
**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 026/99, que altera o inciso III, do Art. 65, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **(Parecer lido nas notas).**

PROJETO DE LEI Nº 646/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - O inciso III, do art. 65, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir da data prevista no inciso I, do art. 33, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, observadas as alterações posteriores.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 03.12.99.  
(a) PODER EXECUTIVO

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Designo um relator, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, estamos encaminhando o nosso parecer sobre o Projeto de Lei 646/99, que versa sobre uma adaptação da Lei Kandir, porque já foi aprovado no Congresso Nacional que os benefícios da Lei Kandir só se iniciarão em 2003.

Estamos aqui hoje aprovando pela constitucionalidade do Projeto 646, porque temos que adaptar a nossa lei à Lei Federal. Somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Em discussão o parecer. Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer do Deputado Valdir Rossoni, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Projeto de Lei nº 646/99. Em votação o projeto em 1ª Discussão.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/96, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que equipara a organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, à órgão oficial de pesquisa. RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 092/96

Curitiba, em 21.05.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 012/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 216/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a celebração de convênio entre o Estado e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que esta venha atuar como entidade oficial de pesquisa.

A negativa e sanção do Plano de Lei em exame, decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, considerando a medida, pela forma como está posta e redigida, contrária aos superiores interesses da Administração, eis que na estrutura orgânica do Poder Executivo figura a autarquia Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, com a qualidade de entidade oficial de pesquisa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado em exercício

PROJETO DE LEI Nº 216/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, de acordo com os arts. 87, XVII e 54, XXI, da Constituição Estadual, e para os fins do disposto na alínea “c” do § 3º do artigo 1º da Lei nº 7.827 de 29 de dezembro de 1983, autorizado a celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCE-

PAR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.03.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.827 no seu artigo 1º, § 3º, alínea "c", para cadastro de agrotóxicos na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, entre outros requisitos, exige apresentação do laudo de eficiência agronômica e de resíduos toxicológicos, fornecido por entidade oficial de pesquisa.

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCPEAR, pessoa jurídica de direito privado, além de congrega as cooperativas de produtores agrícolas é uma entidade sem fins lucrativos e que há anos vem prestando serviços da mais alta valia à produção e aos produtores, enfim, a sociedade e ao Estado.

Além disso, é um órgão de Utilidade Pública, reconhecida de pesquisa agronômica, inclusive credenciada pelo Ministério da Agricultura, conforme a Portaria nº 108 de 14 de novembro de 1991, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do MAARA.

Assim, trata-se de um órgão de reconhecida idoneidade técnica que, se credenciada, contribuirá em muito para o respectivo setor.

Outrossim, o seu credenciamento ampliaria o elenco de entidades capacitadas ao atendimento dos interessados, sem prejuízo de ordem técnica, face ao conceito de que a OCEPAR apresenta.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 043/96

P A R E C E R :

A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que tem por finalidade equiparar a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à órgão oficial de pesquisa, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício CTL/SEEG nº 092/96.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazo estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente. Quero neste momento, pedir a atenção dos Deputados e que possamos na tarde de hoje

restabelecer aquilo que em 1996, ainda já tínhamos conferido às Organizações das Cooperativas do Paraná.

Naquela oportunidade fruto de um entendimento desse Plenário, das Comissões e até mesmo com o secretário Hermas Brandão, na época Secretário da Agricultura entendeu-se que nós deveríamos aprovar este Projeto de Lei, que autoriza ao Governo do Estado celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Paraná, para que essa possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Aprovado este projeto pela unanimidade do Plenário, foi a sanção do Governador e, na época evidentemente, o Instituto Agronômico do Paraná fez gestões dizendo que naquele momento que a IAPAR buscava ocupar um espaço perante o Estado, discutia-se a Lei da Ciência e Tecnologia, que não era do interesse naquele momento que se sancionasse o projeto.

Foi então o projeto vetado. Desde então nas conversações que nós vínhamos tendo com o Presidente Anibal Khury, com o Deputado Valdir Rossoni, nós estávamos aguardando uma oportunidade, um melhor momento para que pudessemos rever este assunto.

Na reunião de ontem pela manhã, no Gabinete da Presidência, fui convocado pelo Deputado Caíto Quintana, com a presença do Deputado Hermas Brandão, Deputado Augustinho Zucchi, do Líder do Governo, do Líder das Oposições, Lideranças Partidárias, entendeu-se que nós deveríamos colocar para à apreciação desse Plenário e derrubar esse veto, para que possamos dar ao Governo do Estado a oportunidade de se entender oportuno firmar um convênio com a Organização das Cooperativas do Paraná considerando a para aquele convênio específico que ele assinar Entidade Oficial de Pesquisa, de forma a atender aos anseios do Governo numa série de assuntos ligados aos testes que se faz necessário com produtos agrotóxicos ou mesmo no desenvolvimento de variedades, tanto do soja, do algodão, do milho, hoje já fartamente pesquisados através da OCEPAR.

É importante para a OCEPAR ser considerada também, se assim for do interesse do Governo Órgão Oficial de Pesquisa. É. Porque em outras ocasiões assim já procedeu o Ministério da Agricultura, em outras oportunidades estados que não o Paraná já entenderam dessa forma e, é importante para nós porque hoje a OCEPAR, através do CODETEC desenvolve uma série de pesquisas na área agronômica, de insumos, dos fertilizantes, dos herbicidas, dos inseticidas, dos fungicidas e, que pode toda essa pesquisa já nas mãos da OCEPAR, ser também colocada a disposição do Governo, nas suas pesquisas quando evidentemente for do interesse do Governo.

O projeto não é imperativo, é um projeto autorizatório.

Autoriza o Governo a celebrar o convênio e nós esperamos realmente que possamos aqui ter a compreensão de todo o Plenário.

O Deputado Valdir Rossoni, ontem manifestou o seu apoio, a que todos nós pudessemos derrubar o veto e

estabelecer esta possibilidade do Governo conveniar com a OCEPAR, e da OCEPAR conveniar com o Governo.

Hoje, Senhores Deputados para se ter uma idéia 60% da produção de grãos do Estado do Paraná é conduzida através de associados das cooperativas. Hoje, para se ter uma idéia 60% das variedades de algodão plantada em São Paulo são produzidas através desses trabalhos de pesquisa da OCEPAR e do CODETEC.

Então é importante, que nós que já conferimos aqui recentemente a OCEPAR, a condição de integrante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, na lei que regulamentou o Artigo 205, 2º, para a Ciência e Tecnologia.

É importante que nós também agora venhamos a permitir que a OCEPAR possa conveniar com o Estado e o Estado com a OCEPAR, de forma que a gente possa maximizar todo esse trabalho na área de biotecnologia e na área agrônômica como um todo.

Então peço aos Senhores Deputados, é um acordo que fizemos com o Líder do Governo, queremos agradecer de público ao Deputado Rossoni, a toda Bancada do Governo pela compreensão e agradecer aos Deputados Hermas Brandão, Caíto Quintana e Augustinho Zucchi, que também conduziram para esse entendimento de votarmos hoje, derrubarmos o veto. Damos assim condição ao Governo e a OCEPAR de conveniarem em favor da Agropecuária do Paraná.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria de tomar a liberdade de pedir ao Deputado Augustinho Zucchi que encaminhasse o pedido de apoio à derrubada do veto a esse projeto.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente, a nossa saudação aos representantes da OCEPAR e o meu agradecimento à deferência do Deputado Valdir Rossoni para que encaminhem a votação desse veto que se encontra para apreciação.

Em primeiro lugar gostaria de parabenizar o Deputado Pessuti pela iniciativa que teve da apresentação desse projeto autorizador que visa nada mais, nada menos do que fazer o que o povo do Paraná já fez no setor agropecuário e as lideranças agrônômicas do nosso Estado e do nosso país de reconhecer na OCEPAR como além de uma entidade que congrega as cooperativas de produção, mais do que isso, o desenvolvimento que tem tido na pesquisa agropecuária e o Deputado Pessuti citou alguns dados e eu gostaria de tomar a liberdade de complementar com outros dados: 90% do algodão plantado no Paraná, são de variedades pesquisadas pela OCEPAR. 24% da soja plantada no Paraná são cultivadas e produzidas pela OCEPAR - A OCEPAR tem prestado um relevante serviço ao Estado do Paraná e ao Brasil e temos a pesquisa agropecuária em todas as entidades. O Deputado Hermas Brandão que foi Secretário da Agricultura sabe que o Ministério da Agricultura tem na OCEPAR, uma referência em termos da pesquisa do nosso país.

Gostaria, de público, fazer um agradecimento ao Deputado Rossoni pelo empenho e gestão junto ao governo do Estado para que pudéssemos fazer essa solicitação e ter a compreensão da Bancada de apoio do Governo para que votemos pela derrubada do veto, estabelecendo a possibilidade da OCEPAR fazer o convênio com o Paraná e o Estado do Paraná com a OCEPAR, para que possamos evoluir na questão da pesquisa e trabalhar conjuntamente pelo progresso da agropecuária do Estado do Paraná.

Só me resta cumprimentar o Deputado Pessuti e agradecer esse empenho que teve o Deputado Rossoni para que no entendimento com o governo pudéssemos nós, de consenso, conduzir essa votação tão importante para a agropecuária do Paraná, restabelecendo aqui e o reconhecimento que devemos ter com a OCEPAR pelo trabalho que faz em termos de pesquisa com reflexos em todo o país.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência alerta os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão votar com a cédula Sim.

Os contrários à manutenção do veto, deverão manifestar-se utilizando a cédula Não.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto com a conseqüente aprovação do projeto, serão necessários 28 votos Não.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que dê início à chamada nominal para votação.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria de deixar claro que somos favoráveis à derrubada do veto e recomendamos voto Não.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Herma Brandão)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Votaram 43 Srs. Deputados. Designo os Deputados Edno Guimarães, Plauto Miró e Cezar Silvestri para escrutinar os votos.

Quarenta e três Deputados votaram.

Quarenta e dois votos Não.

Um voto Sim.

Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/96, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 023/99, que altera a Redação da Lei nº 11.280, de 28 de dezembro de 1995. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Em votação.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, há pelo menos, uns trinta dias estamos discutindo nesta Casa a questão do IPVA.

Lamentavelmente o Governo do Estado não cedeu as sugestões apresentadas pela Oposição. Sugestões essas que não eram tão somente das Oposições, mas que era de todo um conjunto da sociedade paranaense, liderada em especial pelo SETCEPAR que congrega os transportadores de carga do Paraná, pelo FETRANSPAR, que também congrega os transportadores de carga do Paraná, pela FENABRAVE, que representa os revendedores de veículos no nosso Estado, pela FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), que colocou com clareza a dificuldade que enfrenta o setor produtivo rural nos meses de janeiro, fevereiro e março quando se concentra a arrecadação do IPVA, proposta pelo Governo do Estado, também pela Federação do Comércio Varejista, na pessoa do Dr. Rubens Brustolin, que manifestou interesse que o financiamento fosse de, pelo menos, 6 vezes. E nada disso, Senhor Presidente, o buzinaço, a vinda das lideranças aqui, sensibilizou o governo do Estado que continuou pressionando os seus Deputados aqui na Assembléia, não permitindo evidentemente que o Substitutivo fosse mais abrangente e que as propostas da Oposição fossem aceitas, votadas e o IPVA permanecesse de uma forma mais coerente e mais justa dentro das possibilidades do contribuinte.

Continuamos a dizer que esta proposta é injusta, ela penaliza o contribuinte que já no mês de janeiro, que quando tem que pagar o IPTU, alvará, as contas do final do ano, o saldo, muitas vezes, do empréstimo que fez para pagar férias e 13º, quando tem que pagar material escolar do seus filhos, a matrícula nas escolas, que também neste momento se veja obrigado, o contribuinte, a pagar o IPVA.

A fórmula que o Paraná sempre adotou de vencimento de acordo com o final da placa era uma forma com a qual já estavam habituados os proprietários de veículos automotores. E, sem sombra de dúvida, essa alteração proposta pelo Governo e agora no Substitutivo de autoria

do Deputado Valdir Rossoni, vem, de forma injusta, penalizar o contribuinte. Por esta razão, nós que já nos posicionasse aqui, contrários a uma série de coisas que o Governo vem fazendo e no nosso entendimento prejudicando os interesses do Paraná, como a venda da COPEL, da SANEPAR, a antecipação dos royalties, a implantação do pedágio, neste momento queremos nos manifestar em nosso nome e em nome da bancada do PMDB, contrários a esta proposta que é votada hoje na forma de Substitutivo Geral, até porque se nós a rejeitarmos, em nada iremos prejudicar o Estado do Paraná porque continuará prevalecendo a Lei do ano 1999, através da qual o governo poderá continuar recebendo o IPVA dentro do calendário tradicional.

Então, manifesto o nosso voto contrário ao Substitutivo apresentado ao Projeto do IPVA porque somos contra a antecipação da cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. Somos contra a proposta de antecipação e por esta razão somos contra o substitutivo.

**O SR. EDGAR BUENO (Para Encaminhar)**

Irei fazer rapidamente um encaminhamento para fazer um lamento do que estamos aprovando hoje.

Esta Casa aprova algo que está em desconforto aos interesses da sociedade. Isto está provado em mais de uma centena de fax que recebi e tenho certeza que a maioria dos Deputados também receberam.

Então, toda a sociedade organizada, transportadores, FENABRAVE, associações comerciais e cidadãos que tem dificuldade para pagar o IPVA se manifestaram contrariamente à aprovação deste projeto.

Estamos na 3ª votação e nada há mais a fazer pelas Oposições daquilo que já fizemos, mas acho que vale a pena registrar nos Anais desta Casa o nosso descontentamento, a nossa rejeição por este projeto que vem trazer um grande prejuízo para o Estado do Paraná.

O Governo se engana quando acha que vai arrecadar mais porque a inadimplência que será provocada neste Estado, com certeza absoluta, vai trazer uma diminuição na arrecadação do IPVA para o Estado do Paraná.

Muitas empresas manifestaram também, através dos seus fax, que fizeram empréstimos no mês novembro e dezembro para poder pagar o 13º salário aos seus funcionários. E, quando elas pensaram em ressarcir estes empréstimos em janeiro e fevereiro, eis que vem esta surpresa do Governo para meter, mais uma vez, a mão no bolso do contribuinte paranaense.

Então, Senhor Presidente, encerro aqui porque é um assunto que já se esgotou ao longo das discussões, mas quero deixar o registro da bancada de oposição, da sua contrariedade contra esta ganância que o Governo hoje impõe aos paranaenses.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Em votação o Substitutivo Geral aprovado em 2ª Discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão: Aprovado em 3ª Discussão.

O SR. EDGAR BUENO

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vamos proceder a verificação de votação: Senhores Deputados que aprovam a discussão queiram levantar-se: 32 Aprovam. Deputados que rejeitam queiram levantar-se: 11 Rejeitam. **Está Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar aqui os votos contrários ao IPVA do ano 2000 - Deputado Orlando Pessuti, Ademir Bier, Edgar Bueno, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Waldyr Pugliesi, Péricles Mello, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 016/99, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 19, nos seguintes termos:

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 501/99

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2001 a 2003:

...A pavimentação asfáltica entre as Cidades de Cândido de Abreu e Rio Branco do Ivaí, com extensão de 35 Km, na Região de Planejamento e Administração IV.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2001 a 2003:

...A pavimentação asfáltica entre as Cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Grandes Rios, com extensão de 25 Km, na Região de Planejamento e Administração IV.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2001 a 2003:

...A pavimentação asfáltica entre as Cidades de São Pedro do Ivaí e Maringá, com extensão de 60 Km, nas Regiões de Planejamento e Administração IV e V.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2001 a 2003:

...Construção de Aeroporto pavimentado e com iluminação para operação noturna na Cidade de Ivaiporã, na Região de Planejamento e Administração IV.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-25 - Desenvolvimento do Ensino Superior, a seguinte obra a ser implantada no período de 2001 a 2003:

...Criação e construção da infra-estrutura necessária para a implantação da Faculdade Estadual de Ivaiporã, na Região de Planejamento e Administração IV.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2.003:

...Construção da Hidrovia do Rio Ivaí, nas Regiões de Planejamento e Administração IV e V.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Inclua-se no anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2.003:

...A pavimentação asfáltica entre as Cidades de Ivaiporã, Arapuã, Nova Tebas e Iretama, com extensão de 50 Km, nas Regiões de Planejamento e Administração IV e V.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 08

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2.003:

...A pavimentação asfáltica entre as Cidades de Cândido de Abreu e Ivaí, com extensão de 85 Km, nas Regiões de Planejamento e Administração IV e II.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 09

MENSAGEM Nº 16/99

(Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Segurança Pública e Desenvolvimento Social - Família Protegida, no item 18 "Comunidade Segura", a seguinte meta: Apoiar a criação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais, com o objetivo de garantir proteção do Estado a todas as pessoas que tenham conhecimento de fatos relacionados com a prática de irregularidades e que, em razão de revelação desses fatos, em procedimento investigatório administrativo ou policial, ou ainda em processo judicial, possam vir a sofrer, sofreram, ou estejam sofrendo violência ou ameaça de mal grave e injusto à sua integridade física ou moral, ou à integridade de seus familiares.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 10

MENSAGEM Nº 16/99

(Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Desenvolvimento da Agropecuária - Ação no Campo, no item 13 "Paraná 12 Meses", a seguinte meta: Criar o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, com a finalidade de conceder auxílio para reforma e ampliação de moradias rurais de pequenos proprietários cuja área de terra não exceda a 03 (três) módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 11

MENSAGEM Nº 16/99

(Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Geração de Empregos - Oportunidades de Trabalho, no item 8 "Eco-Turismo", a seguinte meta: Instituir o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais, a fim de criar mecanismos que possibilitem a implantação de políticas voltadas, ao mesmo tempo, para o turismo e para a preservação do patrimônio cultural e natural.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 12

MENSAGEM Nº 16/99

(Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Segurança Pública e Desenvolvimento Social - Família Protegida, no item 24 "Desenvolvimento da Política de Assistência Social", a seguinte meta: Instituir o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, de caráter assistencial, visando proporcionar ocupação, renda e qualificação profissional para até 20 mil trabalhadores integrantes da parte da população desocupada residente no Estado do Paraná, através da concessão de bolsa mensal de auxílio desemprego; de fornecimento de cesta básica; de auxílio transporte e na realização de cursos de qualificação profissional.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLLENÁRIO, DE Nº 13

MENSAGEM Nº 16/99

(Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Segurança Pública e Desenvolvimento Social - Família Protegida, no item 27 "Ação Cultural", a seguinte meta: Instituir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentando o parágrafo único do artigo 190 da Constituição Estadual, dispondo sobre o incentivo Fiscal - Mecenato para a Cultura, criando o Fundo Estadual da Cultura e a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI  
LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 14

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Desenvolvimento da Agropecuária - Ação no Campo, no item 14 "Desenvolvimento do agronegócio", a seguinte meta: Regular o art. 154, inciso IV, alínea "B" da Constituição do Estado do Paraná, instituindo o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual, com o objetivo de atender os pequenos e médios agricultores que não são contemplados com o PROAGRO.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
HERMES FONSECA  
ÂNGELO VANHONI  
LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 15 MENSAGEM Nº 16/99 (Proposta do Plano Plurianual 2000-2003)

Fica inserido no Anexo I da Mensagem em epígrafe, na Linha de Ação: Desenvolvimento da Agropecuária - Ação no Campo, no item 13 "Paraná 12 Meses", a seguinte meta: Criar o Fundo Estadual de Apoio à Agricultura Familiar (FUNDAF), com o objetivo de alocar recursos para o financiamento de custeio e investimento, equalização de taxas de juros e preços, e concessão de aval de contratos destinados aos agricultores familiares paranaenses.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
HERMES FONSECA  
ÂNGELO VANHONI  
LUCIANA RAFAGNIN

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 16

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-43 - Desenvolvimento Integrado dos Transportes a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2003:

...Ampliação e aquisição de equipamentos para o Aeroporto da Cidade de Cascavel, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na Região de Planejamento e Administração VI.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 17

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-26 - Paraná Mais Habitação a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2003:

...Acrescentar mais 1.000 (hum mil) unidades de habitação no Projeto Casa Feliz, na Região de Planejamento e Administração III.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 18

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-26 - Paraná Mais Habitação a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2003:

...Acrescentar mais 1.000 (hum mil) unidades de habitação no projeto Casa Feliz, na Região de Planejamento e Administração V.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 19

Inclua-se no Anexo III do Projeto de Lei nº 501/99, no Programa-26 - Paraná Mais Habitação a seguinte obra a ser implantada no período de 2.001 a 2003:

...Acrescentar mais 1.000 (hum mil) unidades de habitação no projeto Casa Feliz, na Região de Planejamento e Administração VI.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

E ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando destaque para votação em separado das emendas de nºs 09,10,11,12, 13, 14 e 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 501/99 - **Rejeitado.**

#### O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, apresentamos em nome da Bancada do PT uma série de emendas ao projeto do plano plurianual e emendas de caráter importante, são projetos estratégicos para o Paraná.

Eu vou citar alguns - programa de proteção às vítimas e testemunhas de infrações penais, do Deputado Hermes da Fonseca, e todos sabemos como se encontra o país hoje com a CPI do narcotráfico. Este projeto passa a ter a importância fundamental para o bom andamento da CPI.

Esta emenda foi rejeitada. EMENDA 10 - Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, também rejeitada. emenda 11 - Programa de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural da região dos Campos Gerais, de minha autoria, e nós achamos que se entrasse no plano plurianual seria mais fácil inclusive a aprovação no futuro e esta emenda também foi rejeitada pela Comissão. Emenda 12 - projeto de lei que institui o Programa Emergencial de Auxílio ao Desempregado, programa de nossa autoria, um projeto semelhante ao que já existe em São Paulo, instituindo um

auxílio desemprego para vinte mil pessoas no Paraná por ano com recursos da ordem de 50 milhões de reais.

Alega a comissão que não existe condições financeiras. É uma lástima que um projeto desta natureza, num momento duro que vivemos seja rejeitado. emenda 13 - trata o projeto de lei do Deputado Ângelo Vanhoni que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, também rejeitado. Emenda 14 - Programa de Seguro Agrícola Estadual de extraordinária importância para a pequena produção familiar, principalmente, e há justificativa de que o Estado não dispõe de recursos financeiros suficientes para este programa e foi rejeitado. E por último a emenda 15 que trata do projeto de lei que institui o Fundo Estadual de Apoio a Agricultura Familiar. Este projeto vem do Grito da Terra, projeto criado coletivamente por várias entidades, sindicatos rurais, FETAEP, entidades de assistência de extensão rural, vários Deputados assinaram o projeto está na Assembléia há mais de dois anos, ainda não foi votado e quando queremos colocar no projeto do plano plurianual a comissão rejeita.

Então, em função destas questões que eu coloquei que nós estamos querendo votar em separado emenda por emenda para discutir e aprofundar as questões com o Plenário e aprovar finalmente esta emendas, rejeitando o parecer da Comissão de Orçamento.

Obrigado.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Artigo 209 do Regimento Interno a decisão da comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembléia requeira votação em Plenário, sem discussão, portanto, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento, razão pela qual não procede o pedido de destaque de votação das emendas, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Rejeitado.**

Em votação o Substitutivo Geral. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, não é evidentemente um encaminhamento como Líder da Bancada porque este é um assunto relativo a nossa atuação Parlamentar em favor da nossa região.

Apresentamos oito emendas procurando destinar programas, deixar especificado, no plano plurianual programas que entendemos da maior importância para a região central do Paraná, Vale do Ivaí, Campos Gerais inclusive. Algumas no setor rodoviário e algumas na área do ensino superior, e evidentemente algumas também no

setor de transporte já que estamos incluindo a questão da hidrovia do Rio Ivaí.

Conversamos ontem ainda com o Deputado Durval Amaral, e ele disse, e eu não discordo dele, de que essas emendas poderão no futuro ser contempladas a nível de orçamento, mas algumas dessas emendas elas sequer constam do plano plurianual, sequer constam de forma globalizadas, porque as emendas da questão de rodovias ainda daria para a gente entender que estariam contempladas porque existe evidentemente nesta região, já que o plano plurianual é desenvolvido, é apresentado regionalmente, existe para a questão de rodovias alguma previsão de obra sim, mas nada se fala nessa questão do ensino superior.

E nós de Ivaiporã, região centro do Paraná, há muitos anos estamos lutando no sentido de conquistarmos uma extensão da Universidade de Londrina, ou implantarmos lá uma Faculdade Estadual a exemplo do que possui hoje Campo Mourão, Paranavaí, União da Vitória, outras cidades do Paraná.

Então, por essa razão, entendemos que as nossas emendas poderiam ser acolhidas no plano plurianual, e como as mesmas não o foram, o meu voto pessoal é contrário ao plano plurianual.

Portanto, contra o Projeto 501.

#### O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Só quero declarar também a questão em função da rejeição, da impossibilidade de discutirmos pelo menos as emendas em Plenário, voto contrário da Bancada do PT ao projeto plurianual.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está em votação o projeto, Senhores Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### O SR. ORLANDO PESUTI (Pela Ordem)

Peço que registre o meu voto da Bancada do PMDB e a pedido do Deputado Edgar Bueno, voto contrário das oposições.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

A Mesa esclarece ao Senhor Deputado Durval Amaral que as emendas serão, a partir de então não serão votadas, serão consideradas rejeitadas.

Agora, o Deputado pode requerer destaque, não aprovado o destaque, vale o projeto, prevalece a decisão da Comissão.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a transferir mediante convênio o gerenciamento do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Em votação.**



**O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao encaminhar esse projeto, até corrigindo em 1ª votação, nós votaremos a constitucionalidade desse projeto, e onde votaremos favorável no entendimento, até para que o projeto tramite nesta Casa, receba as emendas posteriormente para que possa ser aperfeiçoado, com ressalvas a questão que nós colocamos anteriormente onde o projeto aplica disposições de uma Lei Municipal do Município de Curitiba, a Região metropolitana, entendendo-se um certo vício, mas respeitando o parecer da C.C.J., e conforme entendimento nós votaremos pela aprovação em 1ª votação, deixando o mérito na seqüência.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Em votação o projeto.

Em discussão. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que revoga o § 4º, do Art. 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, com a redação dada pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 634/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo da taxa judiciária e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA MODIFICATIVA. **Aprovada.**

**PROJETO DE LEI Nº 634/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ressalvadas as isenções legais, a Taxa Judiciária a que se refere o Decreto Estadual nº 962, de 23 de abril de 1932, será cobrada na seguinte proporção:

a) - R\$10,00 (dez reais) nas causas de valor até R\$5.000,00 (cinco mil reais);

b) - 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor atribuído à ação, nas causas de R\$5.001,00 (cinco mil e um reais) até o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

c) - nas causas de valor superior a R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais) até R\$100.000,00 (cem mil reais, inicialmente incide o cálculo da alínea “b” e, sobre

o montante excedente aplica-se o percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento);

d) - nas causas de valor superior a R\$100.001,00 (cem mil e um reais) até R\$200.000,00 (duzentos mil reais) inicialmente incide os cálculos das alíneas “b” e “c”, e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento).

e) - nas causas que excederem o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), inicialmente incide os cálculos das alíneas “b”, “c” e “d” e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento).

Art. 2º - A Taxa Judiciária não excederá a importância de R\$500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º - Quando se tratar de causa de valor inestimável, a taxa judiciária equivalerá ao valor mínimo fixado nesta lei.

Art. 4º - Será procedido o pagamento de eventual diferença, no caso de modificação do valor atribuído à causa.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a lei nº 8.926, de 28 de dezembro de 1988 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**JUSTIFICATIVA:**

Atualmente, a legislação que autoriza a cobrança da Taxa Judiciária estabelece como valores mínimos R\$1,18 (um real e dezoito centavos), importâncias simbólicas e insignificantes que não compensam o custo benefício de seu recolhimento.

Os irrisórios valores não chegam sequer a cobrir as despesas com recolhimento da receita e com as despesas iniciais do processo.

Vê-se, por óbvio, a necessidade de seu aumento, mas de forma a não onerar em demasia aquele que busca a prestação jurisdicional, atribuindo-se justo pagamento pela propositura da ação.

Assim, o presente Anteprojeto de Lei visa a atualização dos valores a serem recolhidos os quais são destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS (50%), ao Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN (48%) e ao Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica (2%).

A atualização dos valores da Taxa Judiciária, agora proposta em valores significativamente menores do que os constantes do anteprojeto de lei nº 458/98, é fundamental para que os aludidos fundos cumpram as finalidades para as quais foram criados.

**Anexo Ao Anteprojeto de Lei  
Da Taxa Judiciária  
LEGISLAÇÃO ATUAL**

Lei 8.926/88

Taxa Judiciária = 0,2% do valor da causa  
 Valor mínimo = 4,0% da Unidade Padrão Fiscal/  
 PR = R\$1,18\*  
 Valor máximo = 80,0% da Unidade Padrão Fiscal/  
 PR = R\$23,70\*

ou seja:  
 até R\$592,60.....>recolhe-se R\$1,18  
 de R\$592,60 até R\$11.852,00.>recolhe-se 0,2% do valor  
 da causa  
 acima de R\$11.852,00.....>recolhe-se R\$23,70

#### PROPOSTA

##### VALOR DA CAUSA TAXA JUDICIÁRIA

a) até R\$5.000,00	R\$10,00
b) de R\$5.001,00 até R\$50.000,00	
b) 50.000,00x0,2%	até R\$100,00
c) de R\$50.001,00 até R\$100.000,00	
b) 50.000,00x0,2%	R\$ 100,00
c) <u>50.000,00x0,1%</u>	<u>R\$ 50,00</u>
100.000,00	R\$ 150,00
d) de R\$100.001,00 até R\$200.000,00	
b) 50.000,00x0,2%	R\$100,00
c) 50.000,00x0,1%	R\$ 50,00
d) <u>100.000,00x0,05%</u>	<u>R\$ 50,00</u>
200.000,00	R\$200,00
e) acima de R\$200.000,00	
por exemplo, causa de R\$300.000,00	
b) 50.000,00x0,2%	R\$100,00
c) 50.000,00x0,1%	R\$ 50,00
d)100.000,00x0,05%	R\$ 50,00
e) <u>100.000,00x0,02%</u>	<u>R\$ 20,00</u>
300.000,00	R\$220,00

##### LIMITE

50.000,00x0,2%	R\$100,00
50.000,00x0,1%	R\$ 50,00
100.000,00x0,05%	R\$ 50,00
<u>1.500.000,00x0,02%</u>	<u>R\$300,00</u>
1.700.000,00	R\$500,00

50% p/ FUNREJUS

48% p/FUPEM

0,2% p/ Fomento da pesquisa científica e tecnológica

#### EXEMPLOS

Causa de R\$295.000,00

b) 50.000,00 x 0,2%	R\$100,00
c) 50.000,00 x 0,1%	R\$ 50,00
d)100.000,00 x 0,05%	R\$ 50,00
e) <u>95.000,00 x 0,02%</u>	<u>R\$ 19,00</u>
295.000,00	R\$219,00

Causa de R\$92.000,00

b) 50.000,00 x 0,2%	R\$100,00
c) <u>42.000,00 x 0,1%</u>	<u>R\$ 42,00</u>
92.000,00	R\$142,00

Causa de R\$38.000,00

b) 38.000,00 x 0,2%	R\$76,00
---------------------	----------

CONFORME DELIBERAÇÃO UNÂNIME DO  
 ÓRGÃO ESPECIAL, EM SESSÃO DO DIA 26.11.99.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 634/99

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar a base de cálculo de Taxa Judiciária e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

##### EMENDA

#### PROJETO DE LEI Nº 634/99

Emenda Modificativa: acrescenta-se a expressão *ou devolução* ao art. 4º, do Projeto de Lei nº 634/99, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Será procedido o pagamento **ou devolução** de eventual diferença no caso de modificação do valor atribuído à causa.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa dar tratamento isonômico ao autor da ação e ao réu dela.

O valor da causa é disciplinado pelos artigos 258 a 261, no Código de Processo Civil.

O valor da taxa judiciária, objeto do projeto de lei, está umbilicalmente ligado ao valor da causa, tanto que usa tabela progressiva de valores.

Tem-se assim que, o valor da causa pode ser modificada para maior ou para menor, e dependendo das circunstâncias, ter sua alíquota modificada.

A modificação de que trata o artigo 4º do projeto em epígrafe, será determinada pelo juiz em procedimento próprio (art. 261, CPC), atendendo impugnação do réu.

Justo, assim, que em havendo modificação no valor da causa que altere a alíquota incidente, nada mais equânime do que devolver o que foi recolhido a maior.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2799, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2800, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2801, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2802, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2808 e 2821-A, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2816, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, com apoioamento do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2812, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2813, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2814 e 2815, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2819, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2821, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2796, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

Quero destacar o voto contrário da Bancada do PT ao Projeto de Lei nº 634/99, do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo da Taxa Judiciária.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado o voto contrário da Bancada do PT, ao Item 09 da Pauta.

(Continua a leitura dos requerimentos)

Era o que continha a pauta.

Convidamos os Senhores Parlamentares para a Sessão Ordinária de amanhã, no horário regimental, para o encerramento do período legislativo do ano de 1999.

A seguir a essa sessão, faremos realizar uma Sessão Extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene comemorativa aos 88 anos de Fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil e a Semana dos Evangélicos, para quarta-feira, dia 15, às 10:00 horas.

Marco também uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, para encerramento dos trabalhos legislativos da 1ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei 12400 de 30 de dezembro de 1998,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 043/99 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12400 de 30 de dezembro de 1998 nas rubricas abaixo:

#### REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Valor
44905200	<u>1.600.000,00</u>
TOTAL	1.600.000,00

## ACRÉSCIMO DA DESPESA:

<b>Código</b>	<b>Valor</b>
45905200	<u>1.600.000,00</u>
TOTAL	1.600.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 08.11.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

## PORTARIA Nº 046/99 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12400 de 30 de dezembro de 1998 nas rubricas abaixo:

## REDUÇÃO DE DESPESA:

<b>Código</b>	<b>Valor</b>
44905200	<u>500.000,00</u>
TOTAL	500.000,00

## ACRÉSCIMO DA DESPESA:

<b>Código</b>	<b>Valor</b>
44905100	<u>500.000,00</u>
TOTAL	500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 06.12.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

## PORTARIA Nº 047/99 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12400 de 30 de dezembro de 1998 nas rubricas abaixo:

## REDUÇÃO DE DESPESA:

<b>Código</b>	<b>Valor</b>
33903600	50.000,00

## ACRÉSCIMO DA DESPESA:

<b>Código</b>	<b>Valor</b>
33903400	50.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 08.12.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO  
1º Secretário